



Saraiva S.A. Livrinhos Editores

CNPJ nº 60.500.139/0001-26
Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Grupo Saraiva atua no segmento editorial por meio da Saraiva S.A. Livrinhos Editores (Editora ou Companhia); da Editora Érica Ltda. (Érica) e da Minha Biblioteca Ltda. (MB) e no segmento varejista por meio da Saraiva e Siciliano S.A. (Varejo ou Companhia). As informações sobre as demonstrações contábeis contidas neste documento referem-se ao quarto trimestre e doze meses de 2013 (4T13 e 2013) e as comparações feitas em relação ao mesmo período do ano anterior, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As demonstrações contábeis individuais da Editora foram preparadas de acordo com o BRGAAP.

Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Nos últimos 6 anos, a Saraiva dobrou de tamanho. O crescimento projetou nossa escala, reconhecimento e desempenho, mas também gerou desafios. Atingimos um patamar em que a nossa expansão exige mais eficiência operacional. Com isso, em momento especial de sua trajetória, abertura do ano do centenário, a Saraiva estabeleceu novo modelo de operação e gestão, com mudanças significativas em diversas áreas.

Ao longo de 2013, a Saraiva iniciou um processo estruturado de fortalecimento da cultura organizacional, reafirmando os valores e as crenças da empresa, pois acreditamos que aí reside o principal diferencial de nossa organização e eixo central de nossa atuação. Ao mesmo tempo, a estrutura de Governança Corporativa do Grupo Saraiva composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, a qual é coordenada pelo Comitê Executivo, passou por uma evolução. Nesse sentido, desenvolvemos diversas ações para fortalecer a Governança Corporativa, alinhando às melhores práticas do mercado.

O crescimento das atividades do Grupo Saraiva foi um dos fatores que levou a Empresa a reorganizar sua estrutura visando reforçar o seu posicionamento competitivo. Além disso, com o mundo físico e digital cada vez mais integrados, identificamos oportunidades e novos desafios para todas as nossas unidades de negócios, incluindo: (1) novo ambiente operacional - novo contexto de crescente digitalização e prestação de serviços, em particular os de apoio e complementação aos conteúdos educacionais; (2) novos modelos de negócios - desenvolvimento de estratégias flexíveis e novos modelos para a comercialização de obras editoriais em novas mídias, visando aproveitar a força da nossa plataforma e (3) constantes evoluções do comportamento e das expectativas dos nossos clientes nos diferentes canais.

Destacamos ainda, o foco na maximização das sinergias identificadas através da associação das operações do Varejo com as da Editora e a integração de processos, que resultarão em uma maior eficiência operacional. Seguimos focados em oferecer uma experiência multicanal, propiciando sempre uma experiência diferenciada. Nesse sentido, o aperfeiçoamento contínuo do nosso modelo é fundamental. Vislumbramos oportunidades para obter ganhos de eficiência e rentabilidade. Para tanto, estabelecemos um plano baseado em três pilares:

- Conteúdo: Oferecer múltiplos formatos - tipo de conteúdo que gera receita não é limitado a venda de livros, disponibilizar conteúdo em múltiplas mídias e desenvolver múltiplas plataformas e novos canais.
- Negócios: Oferecer serviços e soluções mais integradas; crescer por meio de parcerias e explorar oportunidades de negócios adjacentes.
- Gestão: Eliminar as estruturas independentes do Varejo e da Editora; buscar eficiência para fortalecer a estrutura organizacional da Saraiva e melhor prepará-la para as oportunidades e desafios dos mercados de atuação.

Destacamos que, a gestão da transição é estratégica para resultados de médio e longo prazo. Nesse sentido, a adoção de um novo modelo de gestão é determinante para consolidar o Grupo Saraiva como companhia ágil na tomada de decisões, em busca de resultados e, principalmente, preparada para crescer com rentabilidade. Entendemos que o desenvolvimento de lideranças engajadas e um modelo coerente com a nossa essência são fatores fundamentais para a nossa evolução. Para garantir a implantação efetiva desses objetivos, foram definidos direcionadores estratégicos, que nortearam a atuação da Companhia durante o ano: agilidade, foco em resultado, empowerment e integração.

Estamos entusiasmados com a estrutura revisada e com as oportunidades de crescimento existentes em nossos mercados de atuação. Nosso foco está na boa execução do nosso plano estratégico, que nos permite visualizar mais oportunidades do que ameaças e na evolução do modelo de gestão, que posicionam a Companhia para o desenvolvimento no longo prazo e para um melhor desempenho financeiro. Com isso, estamos nos preparando para um novo ciclo de expansão, com uma empresa cada vez mais inovadora e ajustada aos seus desafios de seu tempo.

O processo de revisão da estrutura organizacional do Grupo Saraiva teve início há cerca de 1 ano. No âmbito da nova estrutura, o Grupo Saraiva passa a operar de maneira mais eficiente e conta com a adição de pessoas-chave, com o conjunto de habilidades adequadas às nossas necessidades, visando responder (1) às contínuas mudanças relativas às demandas de todos os nossos stakeholders e (2) às condições do mercado, bem como (3) favorecer a promoção e captura de sinergias do Grupo. Com relação à Governança, o nosso Conselho de Administração em exercício é composto por 6 membros, dos quais, desde abril de 2013, 3 são independentes e apenas 1 membro ocupa cargo executivo internamente. A Companhia dispõe de um Comitê Executivo, que tem por atribuição e responsabilidade a gestão, coordenação e supervisão das unidades de negócios, Editora e Varejo, e processos funcionais do Grupo Saraiva para viabilizar as políticas definidas pelo Conselho de Administração.

Os processos funcionais abrangem marketing, vendas, logística, suprimentos, clientes, planejamento, finanças e relação com investidores, tecnologia da informação, assuntos institucionais e comunicação corporativa. No desempenho de suas atribuições, o Comitê Executivo (1) conta com o apoio do Comitê de Investimento (2) Comitê de Inovação (3) e Comitê de Ética (4). Os Comitês são internos e compostos por executivos. Adicionalmente, reforçamos as iniciativas de compliance, prevenção de perdas e auditoria interna, com o gestor responsável Henrique Garcia, reportando diretamente à Presidência.

Nossos negócios são sinérgicos e complementares. Para liderar esta nova fase da Companhia, anunciamos em novembro de 2013, a eliminação das estruturas independentes e a nomeação de Michel Levy como Diretor Superintendente (CEO) do Grupo Saraiva.

No mesmo período, Pierre Berenstein, membro do Comitê Executivo e responsável pela Diretoria de operações do Varejo, foi designado Vice-Presidente de Operações do Grupo Saraiva (COO). A partir de dezembro de 2013, passou a dedicar-se a responsabilidades corporativas nas áreas de suprimentos e logística do Varejo e da Editora, com foco nas oportunidades de eficiência e integração dos negócios. Uma integração das operações de Varejo com as da Editora otimiza, por um lado, as nossas despesas operacionais com a cadeia de suprimentos e possibilita, por outro, pronto atendimento e conforto aos nossos clientes.

Implementamos ainda, a criação da Diretoria de Gestão. Com isso, desde Janeiro de 2014, o Comitê Executivo passou a ter mais um integrante: Marcus Mingoni, responsável pela gestão dos projetos estratégicos do Grupo Saraiva, com foco nas oportunidades de eficiência e integração dos negócios.

Recentemente, anunciamos a contratação do Marcelo Ubriaco, Vice-Presidente do Varejo, visando um melhor direcionamento dos nossos esforços nos principais pilares de vendas: sortimento (acervo), atendimento e serviços, em busca de uma maior competitividade. Na prática, seguimos com consistência os mesmos princípios da estratégia adotada no 4T11, onde já observamos melhor dos resultados. O nosso objetivo é continuar crescendo, sempre com equilíbrio entre vendas e rentabilidade e investir para tornar a comunicação e o marketing mais eficazes, enriquecendo a experiência de compra dos nossos clientes.

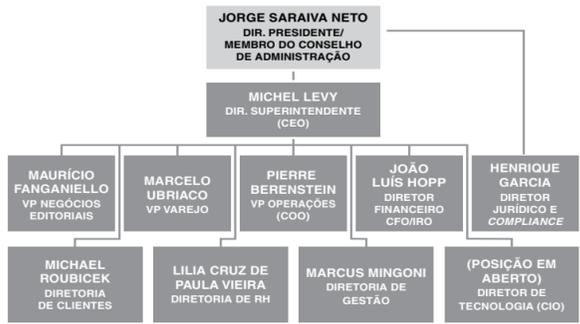
Unificamos a área de Tecnologia da Informação (TI), parte do negócio central da empresa. A partir de 2013, a área de TI passou a ter sua atividade mais integrada às nossas atividades de gestão.

Integramos ainda as áreas de negócios editoriais e sistemas de ensino sob uma única vice-presidência, liderada por Maurício Fanganiello, permitindo maior sinergia, alinhamento e agilidade na tomada de decisões.

Importante para o foco no cliente, entre outras ações, está a criação da Diretoria de Clientes do Grupo Saraiva liderada por Michael Roubicek, com reporte direto ao Michel Levy. Michael será responsável pela área de atendimento a clientes e pela estruturação das atividades de inteligência de negócios. Outro passo substancial nessa área consiste na criação de mecanismos de gerenciamento e análise de informações relevantes sobre o comportamento do consumidor nas suas diversas interações e experiências com a marca Saraiva.

Além da melhoria da eficiência operacional, espera-se a unificação da cultura Saraiva entre as unidades de negócio do Grupo, garantindo a preservação da identidade e perenidade da marca. Nesse sentido, nos últimos meses, a nossa atuação esteve direcionada para o desenvolvimento e a implantação de processos e iniciativas capazes de nos tornar mais eficientes e competitivos, incluindo: (1) aperfeiçoamento dos instrumentos de comunicação interna e externa; (2) mapeamento dos processos para a obtenção de ganhos de eficiência operacional e de gestão; (3) aprimoramento dos mecanismos destinados ao gerenciamento dos projetos, de modo a permitir acompanhamento mais próximo dos resultados pelos gestores e (4) adequação dos sistemas de tecnologia e logística.

Organograma



Nota: (1) Comitê Executivo: responsável pela execução da estratégia e elaboração das diretrizes táticas da Companhia. (2) Comitê de Investimentos: responsável pela

análise e aprovação das principais propostas de investimentos; (3) Comitê de Inovação: analisa e discute oportunidades de inovação tecnológica que possam agregar valor às nossas operações; e (4) Comitê de Ética: órgão responsável em assegurar a aderência de todos nossos colaboradores às normas legais e aos valores e atributos da Saraiva.

DESTAQUES

- Faturamento do contrato com o Governo Federal no âmbito do Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD-2014) de R\$ 173 milhões, sendo R\$ 16 milhões referente a venda de conteúdo digital. O contrato é 32% maior do que o de 2012 e 24% maior do que o programa comparável (PNLD/2011).
- A Saraiva anunciou que foi celebrado contrato tendo por objeto o fornecimento de conteúdo para 22.992 alunos em 25 cursos ofertados pela Kroton Educacional S.A. no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).
- O Varejo inaugurou 7 unidades em 2013 incluindo a primeira loja em aeroporto e encerrou o ano com 112 lojas que somam uma área de vendas de 61.297 m², 6% superior ao ano anterior.
- Início das operações do novo centro logístico em Cajamar.
- A Saraiva recebeu o "Prêmio Época ReclameAqui - As Melhores Empresas para o Consumidor de 2013".
- A receita líquida consolidada atingiu R\$ 2,14 bilhões, aumento de 11% na comparação anual.
- A receita líquida do Varejo atingiu R\$ 1,69 bilhão, aumento de 12% na comparação anual, devido ao aumento do volume de vendas da divisão de lojas físicas, por conta tanto do crescimento do número de lojas, como pelo bom resultado de vendas da operação de e-commerce. Vendas no conceito mesmas lojas apresentaram expansão de 6,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior.
- A receita líquida da Editora atingiu R\$ 507 milhões, aumento de 8% na comparação anual, por conta da boa performance obtida no PNLD 2014. As vendas da Editora para o mercado privado ficaram estáveis na comparação anual e a empresa espera registrar no ano de 2014 volume de vendas superior ao de 2013.
- A receita do Varejo eletrônico da Saraiva registrou novamente um incremento, alcançando em 2013 crescimento de 11% nas vendas.
- O resultado bruto consolidado atingiu R\$ 903 milhões no ano de 2013, 8% superior ao resultados de 2012, refletindo menor contribuição da unidade de negócios editoriais. A margem bruta apresentou uma redução de 1,5 ponto percentual, passando de 43,7% para 41,2% em 2013.
- O EBITDA consolidado atingiu R\$ 95 milhões em 2013, contra R\$ 182 milhões em 2012. O resultado se deve a: (i) baixa extraordinária contábil no montante de R\$ 42 milhões - sem efeito caixa, (ii) às despesas operacionais não-recorrentes de cerca de R\$ 14 milhões referentes a reestruturação organizacional, antecipação de despesas, consultorias operacionais e para operações de M&A e, (iii) reforço das equipes de negócios e (iv) redução na margem bruta. O EBITDA ajustado para os efeitos não-recorrentes atingiria R\$ 150 milhões, queda de 18% na comparação anual.
- O lucro líquido do ano foi de R\$ 13 milhões, explicado principalmente pelos ajustes já mencionados.
- O Conselho de Administração apresentou proposta de pagamento de R\$ 25 milhões (R\$ 0,88281 por ação) em dividendos, sob a forma de juros sobre o capital próprio.

EVENTOS SUBSEQUENTES

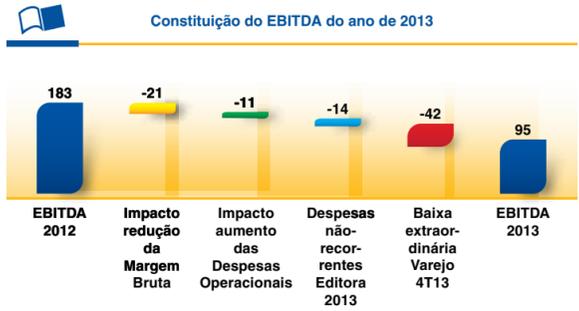
No dia 13 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração deliberou, com base no artigo 15, inciso VII, do Estatuto Social, e em conformidade com as Instruções CVM nº 10/80 e 268/97, autorizar a Diretoria da Companhia a proceder à aquisição de até 510.173 ações ordinárias e até 1.581.128 ações preferenciais de sua própria emissão, respectivamente 5% e 8% do total de cada classe de ações. O Conselho entende que a recompra de ações é uma boa alternativa considerando a conjuntura econômica, bem como o valor atual de cotação das ações da Saraiva.

DESEMPENHO CONSOLIDADO

A Saraiva estabeleceu as bases de crescimento rentável e geração de fluxo de caixa livre de longo prazo. A Companhia promoveu uma série de mudanças importantes ao longo de 2013 que contribuirão de forma decisiva para direcionar a empresa para novo ciclo de geração de valor. Os resultados financeiros do ano de 2013 refletiram as ações corretivas necessárias, que incluem medidas estruturais para entregar resultados sólidos aos nossos acionistas.

DESEMPENHO DA SARAIVA NO ANO 2013

Em 2013, a Saraiva viveu mais um ano de crescimento de vendas. A receita bruta consolidada aumentou 12% em relação a 2012, atingindo R\$ 2,26 bilhões. O EBITDA consolidado foi de R\$ 95 milhões, com margem de 4,4%, e o lucro líquido consolidado chegou a R\$ 13 milhões. O resultado se deve a: (i) baixa extraordinária contábil no montante de R\$ 42 milhões - sem efeito caixa, relacionada ao registro de redução ao valor recuperável nos períodos apresentados, (ii) às despesas operacionais não-recorrentes de cerca de R\$ 14 milhões referentes à reestruturação organizacional, antecipação de despesas, consultorias operacionais e para operações de M&A, (iii) aumento nas despesas operacionais, principalmente, por conta do reforço das equipes de negócios e, (iv) redução da margem bruta auferida no período. O EBITDA ajustado para os efeitos não-recorrentes atingiria R\$ 150 milhões, queda de 18% na comparação anual.



A Companhia identificou e reconheceu no resultado do exercício o valor de ativos sem capacidade de geração de benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso contínuo e com indicadores de perda de valor recuperável, no montante de R\$ 42 milhões relacionados: (a) ao investimento na nova plataforma de e-commerce no montante de R\$ 18 milhões baixados por não apresentar evidências de geração de benefícios econômicos futuros; (b) instalações e benfeitorias na unidade do Varejo - Saraiva Mega Store Shopping Village Mall, no montante de R\$ 12 milhões, ajustado por provisão para perda de valor recuperável; e (c) Valor de crédito de ICMS ST estimado em exercícios anteriores, ajustado de acordo com o valor efetivamente apurado no montante de R\$ 11 milhões.

Em decorrência, houve impacto material na nossa rentabilidade operacional no quarto trimestre e no ano, porém, sem impacto no caixa do exercício. As informações detalhadas sobre os impactos no resultado do período estão detalhadas no quadro abaixo. As informações financeiras consolidadas pro-forma que excluem os custos com reestruturação e ajustes, são apresentadas para fins informativos.

Ajustes da Editora e Varejo no ano de 2013 (R\$ mil, a menos que especificado de outra forma)

	Varejo		Editora		Pro-Forma	
	Conso- lido	Nova plataforma e-commerce	Provi- são por Impair- ment	Provisão ICMS	Rees- tra- tu- ra- ção	(Resul- tado ex- ajuste)
Receita Líquida	2.143.751					2.143.751
Lucro Bruto	903.353					903.353
Despesas Operacionais	808.306	(18.028)	(12.123)	(11.357)	(13.783)	753.015
EBITDA	95.047					150.338
Margem EBITDA (%)	4,4%	-0,8%	-0,6%	-0,5%	-0,6%	7,0%
Total de Ajustes (Impacto EBITDA)	(55.291)	(18.028)	(12.123)	(11.357)	(13.783)	
Impacto na margem EBITDA	-2,6%	-0,8%	-0,6%	-0,5%	-0,6%	
Contribuição	100%	33%	22%	21%	25%	

DESEMPENHO DA SARAIVA NO 4T13

O 4T13 foi um trimestre atípico em função do reconhecimento dos ajustes mencionados. A receita líquida consolidada do 4T13 atingiu R\$ 736 milhões, 20% superior aos R\$ 616 milhões do 4T12 e 73% acima do trimestre anterior. Por linha de negócio, a receita da Editora aumentou 36% na comparação anual, enquanto a do Varejo registrou aumento de 20% no mesmo período. O lucro bruto consolidado totalizou R\$ 309 milhões no 4T13, um aumento de 17% na comparação anual e 87% versus 3T13. A margem bruta obtida no trimestre foi de 41,9%, 0,9 ponto percentual abaixo dos 42,8% obtidos no 4T12 e 3,2 pontos percentuais acima do 3T13, em boa medida devido ao efeito da alteração da tributação do INSS patronal, despesa anteriormente alocada na linha de despesas operacionais. A partir de 1 de abril de 2013, a tributação passou a ser deduzida da receita bruta, com impacto na margem, de cerca de 0,7 ponto percentual.

No 4T13, as despesas operacionais somaram R\$ 279 milhões, aumento de 50% em relação ao 4T12 (de R\$ 187 milhões), por conta do impacto das baixas contábeis na operação de varejo no montante de R\$ 42 milhões, gastos de rescisões extraordinárias com reestruturação de pessoal de cerca de R\$ 3,8 milhões e reforço das equipes por conta do estabelecimento da nova estrutura organizacional. Com isso, a relação entre as despesas operacionais e a receita líquida foi de 37,9% no 4T13 versus 30,3% no ano de 2012.

O EBITDA foi de R\$ 29 milhões no 4T13, contra R\$ 77 milhões no 4T12, devido ao impacto das despesas apresentado acima. A margem EBITDA passou de 12,5% no 4T12, para 4,0% no 4T13. Ajustado para estes efeitos, o EBITDA atingiria R\$ 75 milhões no 4T13, representando uma margem de 10,1%.

Ajustes da Editora e Varejo no 4T13 (R\$ mil, a menos que especificado de outra forma)

	Varejo		Editora		Pro-Forma	
	Conso- lido	Nova plataforma e-commerce	Provi- são por Impair- ment	Provisão ICMS	Rees- tra- tu- ra- ção	(Resul- tado ex- ajuste)
Receita Líquida	736.248					736.248
Lucro Bruto	308.565					308.565
Despesas Operacionais	279.260	(18.028)	(12.123)	(11.357)	(3.783)	233.969
EBITDA	29.305					74.596
Margem EBITDA (%)	4,0%	-2,4%	-1,6%	-1,5%	-0,5%	10,1%
Total de Ajustes (Impacto EBITDA)	(45.291)	(18.028)	(12.123)	(11.357)	(3.783)	
Impacto na margem EBITDA	-6,2%	-2,4%	-1,6%	-1,5%	-0,5%	
Contribuição	100%	40%	27%	25%	8%	

SARAIVA RESULTADO CONSOLIDADO

Os comentários apresentados a seguir, sobre a performance operacional do Grupo Saraiva, referem-se aos números consolidados, que incluem os resultados operacionais da Editora e do Varejo. As informações financeiras consolidadas pro-forma que excluem os custos com reestruturação, são apresentadas para fins informativos.

Receita - A receita líquida consolidada cresceu 11% de R\$ 1,92 bilhão para R\$ 2,14 bilhões em 2013.

Receita Líquida por unidade de negócio (R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

	2013	2012	A/A	4T13	4T12	A/A	3T13	T/T
Receita Líquida Editora	507.168	470.318	8%	262.954	193.595	36%	56.579	365%
Receita Líquida Varejo	1.687.854	1.508.716	12%	487.202	438.164	11%	380.732	28%
Eliminaçãoes (1)	(51.272)	(55.449)	8%	(13.909)	(15.884)	12%	(12.101)	15%
Total (2)	2.143.751	1.923.585	11%	736.248	615.875	20%	425.210	73%

Nota: (1) A Editora vende livros de sua edição para o Varejo. Para a publicação dos números consolidados é necessário, portanto, ajustar o valor das vendas consolidadas por conta das transações entre as duas unidades de negócio do Grupo Saraiva. (2) Receita Líquida Consolidada.

Esse desempenho reflete, principalmente, o aumento do volume de vendas da divisão de varejo, por conta tanto do crescimento "mesmas lojas" como na expansão do número de lojas, como pelo bom resultado de vendas da operação de e-commerce.

Resultado Bruto - O resultado bruto consolidado atingiu R\$ 903 milhões em 2013, 8% superior ao resultado de 2012. A margem bruta apresentou uma redução de 1,5 ponto percentual, passando de 43,7% para 42,1% em 2013, refletindo maior contribuição da unidade de varejo.

Despesas Operacionais - Em 2013, a relação despesas operacionais sobre receita líquida consolidada apresentou na comparação anual, um aumento de 3,5 pontos percentuais, evoluindo de 34,2% para 37,7%. As despesas operacionais apresentaram expansão de 23% no período. Esse acréscimo, superior ao incremento das vendas brutas de 12%, ocorreu por conta da realização de gastos com o processo de reestruturação iniciado em meados de 2013, totalizando R\$ 14 milhões (substancialmente contabilizado no 3T13) e ajustes por conta da baixa contábil no montante de R\$ 42 milhões (contabilizado no 4T13).

As despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 208 milhões em 2013 contra R\$ 159 milhões em 2012, um aumento de 30%, em boa medida devido aos gastos de rescisões extraordinárias com reestruturação de pessoal de cerca de R\$ 10 milhões e por conta do reforço das equipes de negócios, devido ao estabelecimento da nova estrutura organizacional. Com isso, a relação despesas gerais e administrativas sobre a receita líquida atingiu 9,7% em 2013, versus 8,3% em 2012.

EBITDA - O EBITDA consolidado atingiu R\$ 95 milhões em 2013, contra R\$ 182 milhões em 2012, devido a redução na margem bruta e por conta da baixa contábil no montante de R\$ 42 milhões e pelo efeito de despesas operacionais extraordinárias de cerca de R\$ 14 milhões com o processo de reestruturação. Ajustado para os efeitos não recorrentes, o EBITDA atingiria R\$ 150 milhões, redução de 18% na comparação anual. A margem EBITDA ficou em 4,4% em 2013 (7,0% pro-forma), em comparação aos 9,5% no mesmo período do ano anterior.

Receita (Despesa) Financeira Líquida - O resultado financeiro apresentou despesas financeiras líquidas de R\$ 10 milhões no 4T13, contra R\$ 13 milhões no 4T12. No ano de 2013, o resultado financeiro apresentou despesas de R\$ 39 milhões versus R\$ 38 milhões em 2012, refletindo os investimentos recentemente feitos nas empresas do Grupo e que diminuíram a posição líquida de caixa. A despeito do aumento do saldo médio da dívida líquida, em percentual tivemos a redução do custo da carteira.

Lucro Líquido do Período - Em 2013, o lucro líquido consolidado atingiu R\$ 13 milhões, redução de 83% quando comparado ao ano de 2012. A margem líquida ficou em 0,6% em 2013 versus 4,0% em 2012.

Investimentos (CAPEX) - Em 2013, os investimentos promovidos pelo Grupo Saraiva totalizaram R\$ 78 milhões. O Grupo esteve focado na criação de valor e na rentabilização dos modelos, com adoção de critérios rígidos para a avaliação de novos investimentos.

O Grupo Saraiva investiu na abertura de 7 novas lojas, com ênfase para os formatos Mega Store e Aeroporto. Também foi inaugurada 1 loja no formato iTown em Salvador. Outro destaque foram os investimentos em infraestrutura, que somaram aproximadamente R\$ 30 milhões e foram destinados principalmente para instalação do novo Centro Logístico em Cajamar e readequações. Destacamos ainda aquisição da Editora Érica. Concluída no 2T13, a transação marcou sua entrada no mercado de conteúdo voltado para ensino técnico profissionalizante, reforçando a diversificação e o aumento da relevância da Saraiva no mercado Editorial Brasileiro.

Líquidez - Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia tinha cerca de R\$ 23 milhões em caixa e equivalentes. A dívida líquida, incluindo a operação de antecipação de recebíveis, totalizou R\$ 595 milhões ao final de dezembro. A relação entre a dívida líquida (representada pela totalidade dos empréstimos, financiamentos e antecipações de recebíveis descontada do saldo de caixa) e o EBITDA foi de 6,3x na posição de 31 de dezembro de 2013.

A tabela a seguir mostra a evolução dos principais indicadores de endividamento monitorados pela Companhia (R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma):

Consolidado	4T13	3T13	T/T	4T12	A/A
Caixa e Equivalente de Caixa	23.086	13.341	73%	87.034	-73%
Dívida Total	451.776	436.124	4%	374.993	20%
Dívida Curto Prazo	230.814	293.262	-21%	148.371	56%
Dívida Longo Prazo	220.962	142.862	55%	226.622	-2%
Endividamento Líquido	428.690	422.783	1%	287.959	49%
Patrimônio Líquido (PL)	515.741	509.516	2%	515.941	0%
Dívida Líquida ajustada (1)	595.154	477.419	25%	287.998	107%
Dívida Líquida/PL	83%	83%	-0,1p.p.	56%	27,1p.p.

Nota: (1) Inclui antecipação de recebíveis, leasing e obrigação com aquisição.

Além das modalidades de empréstimos e linha de financiamentos contratadas, nos dois últimos trimestres a Companhia utilizou antecipação de recebíveis para financiar seu capital de giro, conforme demonstrado a seguir. O volume de recebíveis antecipados totais (cartão) aumentou totalizando R\$ 166 milhões no 4T13.

Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos utilizadas

Fontes de Financiamento	Perfil	Classificação	4T13	4T12	A/A
Linhas Bancárias - Capital de Giro	CP e LP	Passivo Circulante	319.818	209.735	52%
Antecipação de Recebíveis (1)	CP	-	166.463	-	>500%
Linha BNDES	CP e LP	Passivo Circulante	123.355	165.258	-25%
Outros (2)			8.604	-	-
Total			618.240	374.993	65%

Nota: (1) Na operação de antecipação de recebíveis não há o direito de regresso.

(2) Inclui leasing e obrigação com aquisição. CP - Curto Prazo e LP - Longo Prazo.

O aumento do nível de endividamento ocorreu em função de uma geração de caixa negativa no ano, motivado por: investimento em capital de giro, investimentos de capital, e aquisição da Editora Érica Ltda., gastos estes não compensados pelo EBITDA gerado no exercício. Os investimentos em capital de giro foram aumentados por liquidações antecipadas em dezembro com fornecedores, operação esta que gerou, inclusive, determinados descontos nos respectivos pagamentos. Parte dos pagamentos antecipados foram efetuados com a utilização de caixa gerado pela antecipação de recebíveis, no montante de R\$ 166 milhões. A despeito do aumento do endividamento no período, o capital circulante líquido permaneceu praticamente estável na comparação entre 31/dez/2013 e 31/dez/2012, somando respectivamente R\$ 401 milhões e R\$ 406 milhões.

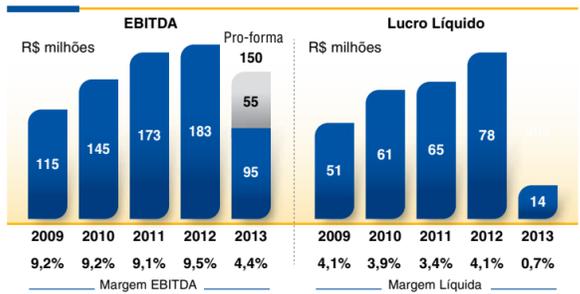
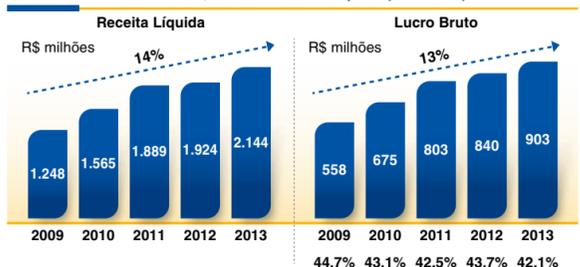
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A tabela a seguir mostra a evolução dos principais indicadores de endividamento monitorados pela Companhia:

Consolidado	4T13	3T13	A/A	4T12	T/T
Dívida Líquida (1)/EBITDA	6,3x	3,3x	296 p.p.	1,6x	468 p.p.

Nota: (1) Inclui antecipação de recebíveis, leasing e obrigação com aquisição.

Dados Consolidados - Evolução da Receita Líquida, Lucro Bruto, EBITDA e Lucro Líquido (2009-2013)

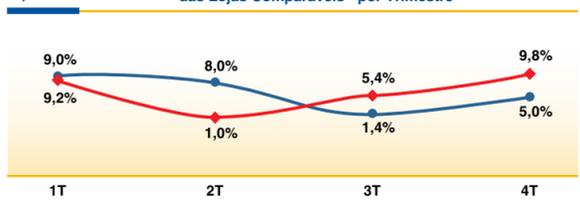


Nota: Variação - Taxa média de crescimento ponderado expressa em % a.a.

RESULTADOS UNIDADE DE NEGÓCIOS VAREJO

Receita - A receita bruta da operação de varejo alcançou R\$ 1,8 bilhão no ano de 2013, representando crescimento de 12% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O crescimento de vendas do Varejo contou com a contribuição de todos os canais nos quais opera por meio do conceito multicanal. Além do aumento de vendas líquidas no conceito "mesmas lojas" de 6,7%, as operações da Saraiva cresceram organicamente em 2013, período no qual 7 novas lojas foram inauguradas.

Desempenho das Vendas - Crescimento Nominal das Lojas Comparáveis - por Trimestre



A divisão de comércio eletrônico obteve expansão de 11% da receita bruta em comparação ao ano anterior, atingindo R\$ 580 milhões.

Resultado Bruto - O resultado bruto do Varejo atingiu, no ano de 2013, R\$ 554 milhões, 7% superior ao resultado de 2012. A margem bruta apresentou redução de 1,6 ponto percentual, passando de 34,4% para 32,8% em 2013, principalmente por conta da menor margem de determinados produtos vendidos, em especial dos artigos de informática, que são produtos com margens de comercialização mais baixas, promovendo natural pressão sobre a margem. Cabe mencionar que a margem bruta de 2013, quando comparada ao resultado reportado no mesmo período do ano anterior, fica distorcida por conta do efeito da alteração da tributação do INSS patronal, despesa anteriormente alocada na linha de despesas operacionais. A partir de 01 de abril de 2013, a tributação passou a ser deduzida da receita bruta, com impacto na margem, de cerca de 0,4% no ano e 0,7% no trimestre.

Despesas Operacionais - As despesas operacionais com vendas no Varejo, que constituem gastos com departamento comercial, marketing, propaganda, fretes, embalagens e alugueis, apresentaram aumento de 22% para R\$ 513 milhões, contra R\$ 419 milhões em 2013. O desempenho se deve tanto ao aumento nas despesas com pessoal, como pelas despesas relacionadas aos investimentos em TI e logística. Já a linha de despesas gerais e administrativas totalizou, no ano de 2013, R\$ 43 milhões, ou 7,2% das vendas líquidas, aumento de 0,7 ponto percentual na comparação anual. A relação despesas com vendas sobre receita líquida do Varejo apresentou uma redução de 1,1 ponto percentual, 21,1% em 2013, contra 22,2% em 2012.

EBITDA - O EBITDA do Varejo recuou 59% na comparação anual para R\$ 41 milhões, contra R\$ 100 milhões em 2012. A margem EBITDA ficou em 2,5% em 2013, em comparação a 6,7% no mesmo período do ano anterior. O resultado se deve a queda da margem bruta, aumento das despesas acima mencionado e pela baixa contábil no montante de R\$ 42 milhões - sem efeito caixa no resultado do exercício. Ajustado para estes efeitos, o EBITDA atingiria R\$ 83 milhões, recuo de 17% na comparação anual.

Lucro Líquido (Prejuízo) do Período - O prejuízo do Varejo foi R\$ 16 milhões, por conta dos efeitos mencionados.

Capital de Giro - A relação "capital de giro/receita líquida" passou de 19,4% em 2012 para 20,8% em 2013. O ciclo operacional do Varejo alcançou 81 dias em 2013, contra 79 dias em 2012. O "contas a receber" alcançou o patamar de 54 dias nos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2013, contra 56 dias, nos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2012. O prazo médio de cobertura de estoques aumentou em 1 dia, passando de 89 dias nos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2012 para 90 dias em 2013. O prazo de pagamento a fornecedores diminuiu 6 dias, passando de 70 dias, nos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2012, para 64 dias, nos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2013.

Destaque Varejo - A Saraiva conta com rede de 112 lojas em 17 Estados e no Distrito Federal, sendo sete delas iTown, as Apple Premium Resellers.

Novas Lojas Inauguradas em 2013

Data	Formato	Local	Cidade	Estado
04/04/2013	iTown	Shopping Riomar	Recife	PE
12/04/2013	Mega Store	Plaza Shopping São Bernardo	São Bernardo do Campo	SP
03/05/2013	Mega Store	Shopping Londrina	Londrina	PR
17/05/2013	iTown	Shopping Salvador	Salvador	BA
15/08/2013	Mega Store	Shopping Bosque dos Ipês	Campo Grande	MS
16/09/2013	Aeroporto	Aeroporto Internacional de Cubica	Guarulhos	SP
27/11/2013	Mega Store	Shopping Plaza Niterói	Niterói	RJ

Em setembro de 2013 a Saraiva inaugurou sua primeira loja localizada em aeroportos (localizada no Aeroporto Internacional de Guarulhos). Acreditamos ser um posicionamento estratégico em um novo nicho para a Companhia com excelentes perspectivas de retorno. O investimento neste novo formato de loja visa capitalizar a oportunidade por conta da privatização e modernização de determinados aeroportos que levam a um maior tráfego de passageiros e melhor qualidade de serviços. A loja da Saraiva em Guarulhos tem 235 m² de área útil e está localizada na expansão do aeroporto, no espaço de transição entre o novo terminal 3, que tem previsão de abertura para maio de 2014, e o já existente terminal 2 (embarque e desembarque doméstico e internacional).

A Saraiva também está participando de licitações da Infraero para ter lojas em outros aeroportos. Em dezembro de 2013, a Saraiva assinou contrato de exclusividade para operar 5 novas lojas no Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, São Paulo. Com inauguração prevista para maio de 2014, as unidades vão integrar a expansão do terminal do Aeroporto Internacional.

Novas Lojas Planejadas para 2014

Data	Formato	Local	Cidade	Estado
Abril/2014	Megastore	Shopping Iguatemi Esplanada	Sorocaba	SP
Mai/2014	Aeroporto	Aeroporto Internacional de Viracopos	Campinas	SP
Mai/2014	Aeroporto	Aeroporto Afonso Pena	Curitiba	PR
Junho/2014	Aeroporto	Aeroporto Eduardo Gomes	Manaus	AM
Outubro/2014	Megastore	Shopping Vila Velha	Vila Velha	ES
Outubro/2014	Megastore	Shopping Passeio das Águas	Goiânia	GO

Novo Centro Logístico - Ainda com relação aos investimentos realizados no período, fizemos progressos relacionados à inauguração do novo centro logístico localizado na região de Cajamar em São Paulo. O Centro logístico contará com galpão em uma área de 22.000 m² e irá ampliar em mais de 50% a capacidade de armazenagem do Varejo, para um atendimento mais ágil e eficiente. Em 27 de setembro de 2013, concluímos com sucesso a primeira fase do projeto, que marcou o início da operação logística a partir de Cajamar. O trabalho, até então realizado em dois centros de distribuição, próprio e terceirizado, ambos baseados em Barueri. Até o final de 2013, concluímos a transferência do centro de distribuição terceirizado, localizado na região de Barueri, para Cajamar. A transferência do centro de distribuição próprio deve ser concluída em meados de julho de 2014. Com investimento previsto em R\$ 21 milhões, sendo R\$ 13 milhões em 2013 e R\$ 8 milhões em 2014, incluindo automação, o novo centro logístico viabilizará também potenciais oportunidades de integração com as áreas logísticas de negócios editoriais e de sistemas de ensino.

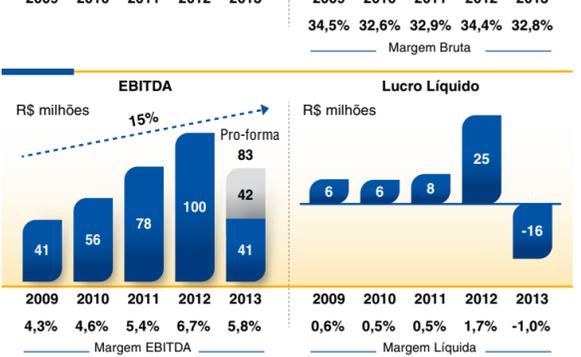
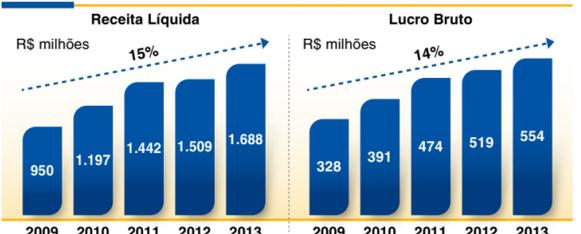
Publique-se! - Dentro do portfólio de serviços oferecidos pelo Grupo Saraiva tem-se o Publique-se!, serviço de auto publicação, que já possui mais de 7.445 autores inscritos aguardando revisão contratual e mais de 1.700 livros já publicados.

Serviços - No segmento de Produtos Financeiros, continuamos com forte atuação no cartão de crédito Saraiva (parceria com o Banco do Brasil), além de seguros e assistências. O cartão de crédito Saraiva pode ser solicitado tanto em nossas lojas físicas quanto no site, e em 2013 apresentamos um crescimento de 77,6% em adesões quando comparado com o ano de 2012. Em seguros, no produto garantia estendida, tivemos um crescimento no ano de 27,4%. O seguro roubo e furto, que teve lançamento no final de 2012 apresentou forte crescimento ao longo de todo o ano de 2013, já representando, junto com garantia estendida, os principais produtos de seguros do portfólio.

Saraiva Plus - Outra de nossas iniciativas é o cartão de fidelização de clientes chamado SaraivaPlus, uma importante ferramenta de relacionamento com os clientes das nossas Lojas Físicas e da Saraiva.com. A análise das informações geradas pela utilização por parte dos clientes possibilitará identificar os hábitos de compra e preferências de cada um dos usuários do programa, agregar maior valor à experiência de compra de nossos clientes, antecipar o atendimento às suas necessidades e, assim, alavancar nossas vendas. O programa de fidelização Saraiva Plus contava com 8,8 milhões de clientes associados em 2013, apresentando um crescimento de 23% sobre 2012.

Reconhecimentos - No dia 29 de outubro de 2013, a Saraiva recebeu o "Prêmio Época ReclameAqui - As Melhores Empresas para o Consumidor de 2013" na categoria Comércio Eletrônico para livros e eletroeletrônicos e também recebeu destaque como empresa supercampeã de votação no ranking geral, que elege a melhor empresa, dentre 62 categorias, por ter o melhor serviço e o atendimento ao cliente mais eficiente por meio de votação de 1,8 milhão de consumidores. Na mesma semana, a Saraiva conquistou o primeiro lugar na preferência dos cariocas na categoria e-commerce da pesquisa "Marca dos Cariocas", publicada pelo jornal O Globo.

Dados Varejo - Evolução da Receita Líquida, Lucro Bruto, EBITDA e Lucro Líquido (2009-2013)



Nota: Variação - Taxa média de crescimento ponderado expressa em % a.a.

RESULTADOS UNIDADE DE NEGÓCIOS EDITORA

Receita - No ano de 2013, a receita líquida da Editora totalizou R\$ 507 milhões, registrando um aumento de 8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Para o 4T13, a receita obtida foi de R\$ 263 milhões, aumento de 36% quando comparada ao mesmo período do ano anterior. Em linhas gerais, o desempenho de vendas da Editora refletiu o aumento do faturamento no âmbito do PNLD/2014 em comparação ao programa do ano anterior.

No mercado privado as vendas alcançaram R\$ 330 milhões em 2013, um aumento de 1% em relação ao ano anterior. Este desempenho está fundamentalmente associado aos resultados de vendas da área de livros Científicos, Técnicos e Profissionais (CTP), em especial a de conteúdos jurídicos. Vale destacar que no ano de 2013 houve, também, uma completa reformulação da estrutura comercial da Editora, com reorganização das equipes e reformulação de estratégias. Os resultados de vendas da área de livros jurídicos no 4T13 já apresentaram uma importante melhora, registrando crescimento de 11% em relação ao 4T12.

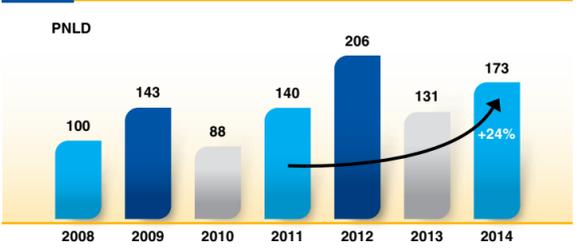
Na divisão de sistemas de ensino as vendas em 2013 apresentaram pequena elevação de 3%, totalizando R\$ 38 milhões. Após sucessivos anos de crescimento muito forte (CAGR 68% no período 2008-2012), o desempenho obtido em 2013 ficou aquém do esperado e motivou decisões estratégicas importantes, tais como mudanças na gestão comercial e integração com a unidade de negócios editoriais. Para 2014, com base nos contratos fechados até o final de 2013, a expectativa é que a receita volte a crescer em 2 dígitos.

As vendas da Editora são influenciadas pelo ciclo de compras de livros didáticos do Governo Federal, no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A Editora promoveu de forma eficiente seu catálogo e registrou participação de mercado de 13,8% nas novas adoções de conteúdo para alunos matriculados do 6º ao 9º ano no programa de compra de livros para as escolas públicas de ensino fundamental no PNLD/2014.

No ano fiscal de 2013, as novas adoções no PNLD foram destinadas aos alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Obtivemos um contrato de R\$ 173 milhões, com destaque para o conteúdo digital, que totalizou R\$ 16 milhões, representando uma participação de mercado de 22% nas escolhas de conteúdo digital. No contrato de R\$ 173 milhões incluem-se as vendas de novas adoções bem como as reposições. O resultado representa aumento de 32% na comparação anual e crescimento de 24% versus o programa comparável, o PNLD/2011.

Em 2013, no programa de compra de novas adoções de 6º ao 9º ano, a compra total por parte do Governo Federal foi menor em 4,2 milhões de livros quando comparado ao mesmo programa de 2010, ano este também destinado a novas adoções para o 6º ao 9º ano, em boa medida explicado pela revisão do Censo Escolar por parte do MEC e da criação do PNLD Campo, que foi regulado por um edital em separado.

Saraiva - Resultado no PNLD (2008-2014)



O ciclo de compras do governo (PNLD) é baseado em um ciclo de três anos.

Resultado Bruto - O resultado bruto da Editora atingiu, em 2013, R\$ 345 milhões, 7% superior ao resultado reportado em 2012. A margem bruta apresentou uma leve queda de 0,5 ponto percentual, passando de 68,5% para 68,0% em 2013. Esse resultado reflete a maior participação do PNLD no mix de receitas da Editora em 2013.

Despesas Operacionais - As despesas operacionais da Editora representaram aumento de 22% quando comparada ao mesmo período do ano anterior. O aumento das despesas operacionais deve-se, principalmente, aos gastos com a reestruturação realizada, que inclui medidas como a eliminação de estruturas redundantes, a contratação de consultorias para revisão de processos e políticas comerciais, bem como o reforço das áreas administrativas, em especial as áreas de Recursos Humanos e Tecnologia da Informação (TI). As despesas extraordinárias em 2013 somaram cerca de R\$ 14 milhões - considerando gastos com rescisões (R\$ 10 milhões) e gastos com contratação de consultorias (R\$ 4 milhões) realizados em 2013. A linha de despesas gerais e administrativas atingiu, em 2013, R\$ 95 milhões, resultado 28% superior a 2012 ou 19% das vendas líquidas, contra 16% em 2012. A relação despesas com vendas sobre vendas líquidas na Editora foi de 38,9% em 2013 contra 35% em 2012. A Editora continua investindo em novos negócios que requerem investimentos antecipados. Destacamos que o ano de 2013 houve o aumento das despesas relacionadas com as novas iniciativas no ano de 2013 versus 2012 no montante de R\$ 2 milhões.

EBITDA - O EBITDA da Editora atingiu resultado positivo de R\$ 54 milhões, contra EBITDA de R\$ 83 milhões em 2012, principalmente por conta do reforço das equipes já mencionada e pelo efeito de despesas operacionais não recorrentes relacionadas ao processo de reestruturação da Editora de cerca de R\$ 14 milhões. Ajustado para efeitos não recorrentes, o EBITDA seria R\$ 68 milhões no ano de 2013 ou R\$ 71 milhões, incluindo o resultado da Editora Érica. A margem EBITDA ficou em 10,7% em 2013, em comparação aos 17,7% no mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA ajustada para efeitos não recorrentes e incluindo o resultado da Editora Érica ficou em 13,8%.

Reconciliação EBITDA Editora - 2013

Data	Pro-forma	Despesas não recorrentes	EBITDA Oficial Editora	EBITDA Oficial Érica
Receita Líquida	516.523		507.168	9.355
EBITDA	71.095	(13.783)	54.265	3.047
Mg. EBITDA	13,8%		10,7%	32,6%

Lucro Líquido do Período (antes da equivalência patrimonial) - O lucro líquido da Editora antes da equivalência patrimonial (incluindo o resultado da Editora Érica), ajustado para os fatores já mencionados acima, atingiu, em 2013, R\$ 30 milhões, 61% inferior, portanto, ao resultado de R\$ 77 milhões reportados em 2012.

Reconciliação EBITDA Editora - 2013

Data	Pro-forma	Despesas não recorrentes	LL Oficial Editora	LL Oficial Érica
Lucro Líquido	29.853	(13.783)	13.023	3.047

Destques - No âmbito do Programa Nacional de Livros Didáticos para o ano letivo de 2015 foram feitas as inscrições de 68 títulos para o ciclo de compras governamentais com novas adoções destinadas ao Ensino Médio. Para as novas adoções, estimamos mercado potencial de cerca de 83,4 milhões de livros. Esperamos obter uma boa participação por conta da qualidade de nosso catálogo no Ensino Médio. A reestruturação da Editora, como parte da estratégia de expansão dos negócios editoriais, envolve a implementação de novo plano de ação para maior ganho de produtividade e participação de mercado. Com relação ao escopo do novo plano de ação em andamento, cabe destacar: (1) a utilização da segmentação no planejamento da estratégia de atendimento a clientes, permitindo a atuação focada nos diversos canais, com nível de serviços adequados; (2) reorganização da área de marketing, com especialistas para cada linha de negócio editorial; (3) criação de área de gestão educacional, consolidando as atividades de assessoria pedagógica e de inteligência de mercado; (4) unificação dos selos Saraiva e Atual, sob um único comando; (5) revisão do portfólio de produtos e (6) eliminação de redundâncias.

Dentre as diversas iniciativas destinadas a novas formas de produção e comercialização de conteúdo, voltado para educação, destacamos o Saraiva Solução de Aprendizagem (SSA), que consiste em uma nova metodologia de ensino, resultado de uma parceria firmada com a Hoper Educação. Desde o seu lançamento, ao final do 4T12, o SSA já foi implementado em 5 instituições de ensino superior. Atualmente, a solução já está disponível em cursos de Direito, Administração, Ciências Contábeis e Gestão de Recursos Humanos.

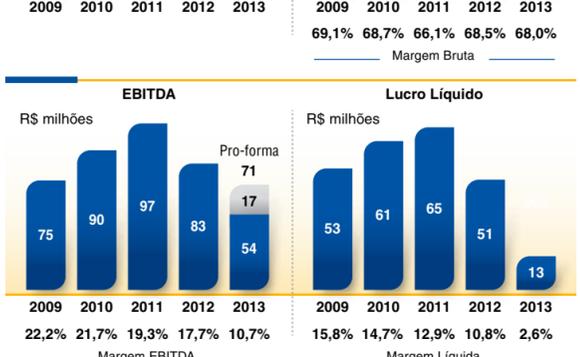
Faz parte das estratégias da companhia para os próximos trimestres desenvolver soluções customizadas para seus clientes, que agreguem cada vez mais serviços e tecnologias. Parcerias com Instituições de Ensino Superior relacionadas ao mercado de EaD, poderão ser brevemente anunciadas.

A iniciativa da Minha Biblioteca, formada por uma joint venture com outras 3 editoras brasileiras focadas em Científicos, Técnicos e Profissionais (CTP), que consiste em plataforma de conteúdo digital fracionado para o mercado universitário, apresentou importantes resultados em 2013, já atendendo um total de 51 instituições de ensino em dezembro de 2013, um crescimento de 200% com relação a 2012.

A Editora fez um importante movimento estratégico para agregar ainda mais valor às soluções educacionais oferecidas, com a aquisição da Editora Érica Ltda. Concluída no 2T13, a transação marcou a entrada da Companhia no mercado de conteúdo voltado para ensino técnico profissionalizante, reforçando a diversificação e o aumento da relevância da Saraiva no mercado Editorial Brasileiro. O segmento mantém boas perspectivas de crescimento, por conta da escassez de mão de obra profissional qualificada - com destaque para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), uma das principais iniciativas do Governo Federal dentro deste segmento. Em dezembro de 2013, a Saraiva anunciou que foi celebrado contrato tendo por objeto o fornecimento de conteúdo para 22.992 alunos em 25 cursos ofertados pela Kroton Educacional S.A. no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Com o objetivo de capturar sinergias entre as operações e aumentar o market share da Saraiva, tanto com o negócio livros didáticos como com sistemas de ensino, a Administração decidiu no final de 2013 implementar um novo plano de ação estratégico para fortalecer e retomar o potencial de crescimento e rentabilidade desta importante divisão de negócios. As principais medidas consistem em: (1) Evolução estratégica para focar no desenvolvimento e fidelização de clientes, independente de produtos ou canais; (2) Convergência das soluções educacionais, compartilhando plataformas, objetos digitais, ensino à distância e outras iniciativas; (3) Compartilhamento dos talentos; (4) Ter uma Gestão Comercial única que tenha uma atuação estratégica de ganho de participação junto aos clientes e evita disputas internas pelo mesmo cliente; (5) Potencialização do cross-selling (paradidáticos, material de revisão para vestibulares e Enem, etc.).

Dados Editora - Evolução da Receita Líquida, Lucro Bruto, EBITDA e Lucro Líquido (2009-2013)



Nota: Variação - Taxa média de crescimento ponderado expressa em % a.a.

MERCADO DE CAPITAIS

Os indicadores a seguir resumem a movimentação das ações da Saraiva no ano de 2013 em comparação com o ano de 2012.

Indicadores (1)	2013	2012	Var.
Número de Negócios (1)	73.020	47.726	53%
Participação nos Pregões - % (1)	100,0	100,0	-
Quantidade Negociada - mil (1)	20.335	18.257	11%
Volume negociado - R\$ mil (1)	569.720	422.792	35%
Preço da ação - R\$ (1)	25,97	25,95	0,1%
Total de Ações em Circulação - mil	28.283	28.283	-
Valor de Mercado - R\$ milhões	734,5	733,9	0,1%

Fonte: BM&FBOVESPA
(1) Referente ação PN (SLED4).
(2) Não revisado pelos auditores independentes.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ESTRUTURA ACIONÁRIA

O capital social subscrito e realizado da Saraiva é de R\$ 279,9 milhões em 31 de dezembro de 2013, representado por 28.596.123 ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 9.622.313 são ações ordinárias (ON), e 18.973.810 são ações preferenciais (PN). A Companhia mantém 313.250 ações preferenciais em tesouraria.

Ações Ordinárias 34%

Ações Preferenciais 66%
DIVIDENDOS DECLARADOS

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de dezembro de 2013, apresentou a proposta de pagamento de R\$ 25 milhões (R\$ 0,88281 por ação) em dividendos, sob a forma de juros sobre o capital próprio. O valor bruto representa um *dividend yield* de 3,4% sobre o preço das ações preferenciais em 31 de dezembro de 2013 e foi atribuído aos acionistas inscritos nos registros da Companhia no dia 16 de dezembro de 2013, sendo que, a partir de 17 de dezembro de 2012, as ações passaram a ser negociadas *ex juros*.

COLABORADORES

A Companhia finalizou o ano de 2013 com 5.648 colaboradores (5.518 em dezembro de 2012). O Grupo tem investido em programas de qualificação e treinamento, criando oportunidades e valorizando a experiência de compra de seus clientes, especialmente nas operações do Varejo, bem como atendendo às necessidades dos educadores, estudantes e profissionais de várias áreas por meio de conteúdos de reconhecida qualidade editorial.

SUSTENTABILIDADE E AÇÕES SOCIAIS

O Grupo Saraiva também canaliza recursos para o Instituto Jorge Saraiva (IJS). O IJS tem por objetivo prestar assistência e promover a inserção social de crianças, adolescentes e idosos de baixa renda e de pessoas portadoras de necessidades especiais, visando assegurar a valorização social, cultural, profissional e econômica dessas pessoas. No momento, o IJS disponibiliza Educação Infantil, ao manter uma creche própria gratuita a cerca de 100 crianças de 2 a 6 anos de idade, que lá permanecem das 7h às 17h.

Destacamos ainda que o Comitê de Sustentabilidade da Saraiva teve suas atividades suspensas de maio/2013 até a presente data.

PERSPECTIVAS

Iniciamos o ano de 2014 mais preparados para conquistar um crescimento em bases sólidas, tanto nas vendas como em resultado. Temos motivos para estar confiantes, pois possuímos fundamentos sólidos. Com uma estrutura fortalecida, esperamos melhorias em todas as métricas já no próximo ano.

Ao longo de 2013 a Saraiva conseguiu fortalecer ainda mais seus negócios e continuará a investir com visão de longo prazo. Ressaltamos ainda uma maior disciplina com custos e investimentos, enquanto preparamos os alicerces de crescimento. Esperamos promover investimentos em:

- Tecnologia da informação e logística - Existem ganhos importantes a serem capturados em 2014 e 2015.
- Novas lojas/Novos formatos - Executar política de expansão seletiva da rede de varejo em bases rentáveis.
- Desenvolvimento de novos modelos para a comercialização de obras editoriais em novas mídias, visando aproveitar a força do nosso conteúdo.

Cabe destacar que o plano de investimentos reflete foco estratégico em crescimento orgânico: 100% em 2014 versus 70% em 2013, por conta da aquisição da Editora Érica. No entanto, permaneceremos atentos a oportunidades de novas aquisições ou associações.

Entre os principais direcionadores estratégicos do Grupo Saraiva destacamos:

- Crescimento das vendas no conceito "mesmas lojas", que reflete o crescimento nominal da Companhia.
- Crescimento sustentado com lucratividade na operação de comércio eletrônico. Na prática, seguimos os mesmos princípios da estratégia adotada no 4T11 [mudança da política comercial], onde já observamos melhora dos resultados e da margem bruta em determinadas categorias. Nosso objetivo é continuar crescendo, sempre com equilíbrio entre vendas e rentabilidade.
- Busca de melhor eficiência operacional, com ênfase na redução das despesas operacionais do Grupo Saraiva. Estamos redesenhando processos, políticas, procedimentos e estrutura da área de suprimentos para alinhar às melhores práticas de mercado.
- Realização de iniciativas para aprimorar a gestão de capital de giro, como resultado da revisão do ciclo financeiro da unidade de varejo.
- Soluções de ensino a distância - visamos investir no fornecimento de conteúdo, por meio de uma solução completa para o ensino a distância, no formato impresso e digital, em plataforma de gestão de aprendizagem.

Mercado de conteúdo voltado para ensino técnico profissionalizante - O segmento mantém boas perspectivas de crescimento, por conta da escassez de mão de obra profissional qualificada - com destaque para o Pronatec, uma das principais iniciativas do Governo Federal dentro deste segmento.

AUDITORES INDEPENDENTES

As demonstrações contábeis da Editora, individuais e consolidadas, do Varejo e da Érica foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG").

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não advogar pelo Grupo Saraiva ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

O valor total contabilizado relacionado a honorários com auditoria externa para o exercício fiscal de 2013 foi de R\$ 498,3 mil.

Em atendimento à Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 381/03, informa-se que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a KPMG prestou o seguinte serviço não relacionado à auditoria externa:

- Consultoria para o levantamento e estudo sobre a capacidade de cada estado brasileiro para comprometimento de parte da Receita Corrente Líquida para projetos de Parceria Público Privada - PPP, de acordo com a Lei nº 11.079/2004. O contrato foi assinado em 19 de setembro de 2013 com a empresa controlada Érica. O valor dos honorários foi de R\$100 mil, correspondente a 20% da remuneração pelos serviços prestados com auditoria externa.

Em relação à esse serviço a KPMG declarou à Companhia que não existiu qualquer vínculo ou situação de fato que tenha configurado conflito de interesses que inviabilizasse o exercício das suas atividades como auditor da Companhia de forma independente.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

Com a adesão ao Nível 2, a Companhia, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, todos os conflitos estabelecidos na Cláusula Compromissória constante do Estatuto Social nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas da Editora, autorizando sua conclusão nesta data.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, emitido nesta data.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras, autores, colaboradores e comunidades pelo apoio dado em 2013, sem o qual não teríamos alcançado os resultados do ano.

São Paulo, 17 de março de 2014.

A Administração
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12			31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.931	54.606	23.086	86.995	Fornecedores	16	9.246	49.499	215.945	299.109
Contas a receber de clientes	6	120.758	114.029	256.907	369.710	Empréstimos e financiamentos	14	65.838	31.450	224.722	148.371
Estoques	7	163.152	150.140	503.225	402.746	Empréstimos com partes relacionadas	10.a)	22.143	-	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	8	24.477	9.130	140.196	86.963	Obrigações sociais e trabalhistas	18	18.811	9.849	40.751	24.292
Outros créditos		11.922	11.924	23.390	17.466	Impostos e contribuições a recolher	17	1.926	1.867	4.376	7.640
Despesas antecipadas		305	189	2.559	430	Imposto de renda e contribuição social		-	2.398	117	2.398
Total do ativo circulante		<u>327.545</u>	<u>340.018</u>	<u>949.363</u>	<u>964.310</u>	Direitos autorais a pagar		25.506	19.821	25.506	19.821
						Participação dos administradores	10.b)	744	6.062	744	6.062
NÃO CIRCULANTE						Dividendos e juros sobre o capital próprio		2.763	15.206	2.763	15.206
Realizável a longo prazo:						Receita diferida - programa de fidelização	15	-	-	3.895	4.775
Empréstimos com partes relacionadas	10.a)	-	19.693	-	-	Arrendamento operacional - locação de lojas	26	1.137	824	5.675	11.239
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.a)	-	-	5.541	-	Outras obrigações		6.866	2.228	25.402	13.547
Depósitos judiciais	19	13.532	13.698	28.489	28.113	Total do passivo circulante		<u>154.980</u>	<u>139.204</u>	<u>549.896</u>	<u>552.460</u>
Impostos e contribuições a recuperar	8	-	-	45.525	59.067	NÃO CIRCULANTE					
Outros créditos		4.712	30	4.994	412	Empréstimos e financiamentos	14	32.841	62.575	220.962	226.622
Investimentos:						Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a)	17.084	18.378	21.530	19.181
Em controlada	11	312.528	300.900	-	-	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	2.048	1.777	17.686	16.106
Em controlada em conjunto	11	149	45	113	45	Outras obrigações		-	-	214	4.607
Outros		430	430	601	565	Total do passivo não circulante		<u>51.973</u>	<u>82.730</u>	<u>260.392</u>	<u>266.516</u>
Imobilizado	12	33.912	35.760	116.092	126.154	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Intangível	13	29.831	27.244	175.311	156.251	Capital social	20.a)	279.901	229.901	279.901	229.901
Total do ativo não circulante		<u>395.094</u>	<u>397.800</u>	<u>376.666</u>	<u>370.607</u>	Ações em tesouraria	20.b)	(4.923)	(4.923)	(4.923)	(4.923)
TOTAL DO ATIVO		<u>722.639</u>	<u>737.818</u>	<u>1.326.029</u>	<u>1.334.917</u>	Reservas de lucros		209.886	271.932	209.886	271.932
						Ajustes de avaliação patrimonial	20.f)	11.279	11.279	11.279	11.279
						Dividendos adicionais propostos	20.c)	19.543	7.695	19.543	7.695
						Patrimônio líquido atribuído aos controladores		515.686	515.884	515.686	515.884
						Participação não controladora	20.h)	-	-	55	57
						Total do patrimônio líquido		<u>515.686</u>	<u>515.884</u>	<u>515.741</u>	<u>515.941</u>
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>722.639</u>	<u>737.818</u>	<u>1.326.029</u>	<u>1.334.917</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais - R\$)

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva para plano de opções de compra de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Atribuível a proprietários da Editora - (BR GAAP)	Participação não controladora	Total patrimônio líquido (IFRS e BR GAAP)
Aumento de capital com reservas - AGE realizada em 25 de abril		26.248	-	-	(26.248)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos - AGE realizada em 25 de abril	19.c)	-	-	-	-	-	-	(9.420)	-	(9.420)	-	(9.420)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	77.010	(9.420)	5	77.015
Plano de opções de compra de ações	19.e)	-	-	-	-	429	-	-	-	429	-	429
Proposta de destinação do lucro líquido:												
Reserva legal	19.d)	-	-	3.851	-	-	-	-	(3.851)	-	-	-
Transferência para reservas de lucros		-	-	-	47.174	-	-	-	(47.174)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório - juros sobre o capital próprio	19.c)	-	-	-	-	-	-	-	(18.290)	(18.290)	-	(18.290)
Dividendos adicionais propostos - juros sobre o capital próprio	19.c)	-	-	-	-	-	-	7.695	(7.695)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		229.901	(4.923)	32.125	235.154	4.653	11.279	7.695	-	515.884	57	515.941
Aumento de capital com reservas - AGE realizada em 25 de abril		50.000	-	-	(50.000)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos - AGE realizada em 25 de abril	19.c)	-	-	-	-	-	-	(7.695)	-	(7.695)	-	(7.695)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	13.023	(7.695)	(2)	13.021
Plano de opções de compra de ações	19.e)	-	-	-	-	(101)	-	-	-	(101)	-	(101)
Proposta de destinação do lucro líquido:												
Reserva legal	19.d)	-	-	651	-	-	-	-	(651)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório - juros sobre o capital próprio	19.c)	-	-	-	-	-	-	-	(3.093)	(3.093)	-	(3.093)
Dividendos adicionais propostos - juros sobre o capital próprio	19.c)	-	-	-	(12.596)	-	-	19.543	(9.279)	(2.332)	-	(2.332)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		279.901	(4.923)	32.776	172.558	4.552	11.279	19.543	-	515.686	55	515.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Nota explicativa	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
CUSTO DOS PRODUTOS, DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS VENDIDOS					
LUCRO BRUTO					
Vendas	22	(162.145)	(148.122)	(1.240.398)	(1.083.686)
Gerais e administrativas	22	345.023	322.196	903.353	839.822
Depreciações e amortizações	22	(197.039)	(166.411)	(567.534)	(504.285)
Equivalência patrimonial	11	(95.278)	(74.548)	(207.337)	(159.015)
Outras despesas operacionais	23	(8.117)	(6.762)	(45.927)	(38.646)
Outras receitas operacionais	24	(17.422)	23.948	4	(200)
		(6.539)	(425)	(66.746)	(2.706)
		8.098	2.476	33.311	8.932
		<u>(316.297)</u>	<u>(221.722)</u>	<u>(854.229)</u>	<u>(695.920)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		28.726	100.474	49.124	143.902
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	25	3.497	9.064	5.636	6.207
Despesas financeiras	25	(15.193)	(15.903)	(44.511)	(44.348)
		<u>(11.696)</u>	<u>(6.839)</u>	<u>(38.875)</u>	<u>(38.141)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		17.030	93.635	10.249	105.761
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	9.b)	(5.301)	(13.700)	(5.568)	(14.100)
Diferidos	9.b)	1.294	(2.925)	8.340	(14.646)
		<u>13.023</u>	<u>77.010</u>	<u>13.021</u>	<u>77.015</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		13.023	77.010	13.021	77.015
Atribuível à:					
Participação controladora</					

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
 (Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.030	93.635	10.249	105.761
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações (inclui valor apropriado ao custo)	12 e 13	8.458	7.105	48.019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	2.290	2.225	4.852
Provisão para perda de valor recuperável		-	-	12.123
Equivalência patrimonial líquida do ajuste de lucro nos estoques do Varejo - ICPC 09 e realização do valor justo calculado sobre aquisição de investimento	11	17.422	(23.948)	(4)
Resultado na baixa e/ou venda de ativo imobilizado, intangível e investimento	12 e 13	458	(208)	20.041
Encargos financeiros e variação monetária sobre saldos com empresas ligadas, financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais		7.873	(3.416)	29.476
Plano de opções de compra de ações	20.e)	(101)	429	(101)
Outras provisões operacionais		3.580	6.116	5.341
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	6	(4.573)	(19.427)	110.276
Contas a receber de controlada por vendas de mercadorias	6	(4.446)	587	-
Estoques	7	(13.012)	(16.848)	(98.125)
Outros ativos operacionais		(21.286)	(3.709)	(53.985)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	16	(40.253)	(9.046)	(83.542)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(7.699)	(15.555)	(7.849)
Pagamento de juros por empréstimos e financiamentos		(7.551)	(22.872)	(24.204)
Outros passivos operacionais		5.011	(4.277)	4.915
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(36.799)	(9.209)	(22.518)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	12 e 13	(9.741)	(9.122)	(58.691)
Integralização de capital em empresa controlada em conjunto	11	(100)	(150)	(100)
Aquisição de empresa controlada líquido do caixa		(23.563)	-	(21.577)
Recebimento por venda do ativo imobilizado	12 e 13	141	265	153
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(33.263)	(9.007)	(80.215)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	20.c)	(22.838)	(24.882)	(24.882)
Financiamentos obtidos - BNDES	14	-	44.893	498
Empréstimos obtidos para capital de giro	14	10.000	-	10.000
Empréstimos obtidos em moeda estrangeira	14	20.000	-	143.000
Empréstimos concedidos a controlada líquidos dos valores devolvidos	10.a)	20.038	36.856	-
Empréstimos obtidos com a controlada líquidos dos valores pagos	10.a)	20.270	(133)	-
Amortização de empréstimos e financiamentos		(25.083)	(68.536)	(89.986)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		22.387	(11.802)	38.824
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(47.675)	(30.018)	(63.909)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Saldo inicial		54.606	84.624	86.995
Saldo final		6.931	54.606	23.086
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(47.675)	(30.018)	(63.909)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)
1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo Saraiva participa do segmento editorial, com a comercialização de livros e conteúdo por meio da Saraiva S.A. Livres Editores ("Editora"), da Editora Érica Ltda. ("Érica") e da Minha Biblioteca Ltda. ("Minha Biblioteca"), e do segmento varejista de produtos ligados a cultura, lazer e informação, por meio da Saraiva e Siciliano S.A. ("Varejo").

A estrutura societária do Grupo tem a Editora como controladora, o Varejo e a Érica como controladas e a Minha Biblioteca como controlada em conjunto. A participação direta no Varejo corresponde a 99,98% das ações ordinárias e na Érica, a 99% das quotas. O controle compartilhado na Minha Biblioteca corresponde a uma participação de 25%. A Editora é controlada por Jorge Eduardo Saraiva.

A Editora, fundada em 1914, é sociedade anônima brasileira de capital aberto com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa.

As atividades principais da Editora estão relacionadas: (a) à edição de livros para os níveis de ensino fundamental e médio, paradidáticos, jurídicos e de economia e administração; (b) à formatação de conteúdo digital; e (c) ao desenvolvimento de conteúdo editorial didático para o Ético Sistema de Ensino ("Ético") destinado a escolas particulares e Agora Sistema de Ensino, focado na rede pública. As operações da Editora são bastante sazonais, concentrando parte substancial das vendas no primeiro e último trimestres do ano, determinadas por dois fatores: (a) período de "volta às aulas" no primeiro trimestre; e (b) venda de livros didáticos para o governo no quarto trimestre.

O Varejo é sociedade anônima brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com atividade preponderante no varejo de livros, periódicos, filmes, música, artigos de papelaria, multimídia, informática, produtos eletroeletrônicos e conteúdo digital e com amplo portfólio de serviços voltado ao enriquecimento da experiência de compra. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico e de uma rede multiformato com modelos adaptados para cada mercado composta por 112 lojas, sendo 54 do tipo "Mega Store", 1 em formato para aeroporto, inaugurada em setembro de 2013, 7 no formato "iTown", 19 "Novas Tradicionais" e 31 tradicionais.

A Érica, empresa adquirida em 6 de junho de 2013 é sociedade de responsabilidade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com atividade preponderante na edição de conteúdo direcionado ao segmento de ensino técnico profissionalizante nas áreas de administração, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, informática, internet, redes, telecomunicações e saúde.

A Minha Biblioteca é sociedade de responsabilidade limitada de controle compartilhado pela Editora, Grupo A, Atlas S.A. e Grupo Editorial Nacional Participações S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com atividade preponderante na edição, distribuição e comercialização de livros digitais ("e-books") e outros conteúdos, no mercado de atacado e varejo, no território nacional e internacional.

2. AQUISIÇÃO DE CONTROLADA**Combinação de negócios**

Em 6 de junho de 2013, data de fechamento, foi adquirida a totalidade das quotas da Érica. O valor será pago em três parcelas, sendo a primeira na data de fechamento.

Do valor a pagar relativo a terceira parcela será retido o montante de R\$ 1.500, atualizados pela variação do CDI entre a data de fechamento e a data do efetivo pagamento da terceira parcela, que será depositado em conta garantia (escrow account) para fazer frente a eventuais demandas que resultem obrigação de indenização pelos vendedores.

A receita operacional líquida apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas da Editora no montante de R\$ 2.143.751, inclui a receita operacional líquida da Érica de R\$ 9.355 para o período entre a data de aquisição e 31 de dezembro. Considerando o período 1 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, a receita operacional líquida consolidada da Editora corresponderia a R\$ 2.151.030 e o lucro líquido consolidado ao montante de R\$ 16.920. Os montantes estimados pela Editora consideram os mesmos ajustes a valor justo apresentados na data de aquisição.

Ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos

Caixa e equivalentes de caixa	1.986
Contas a receber de clientes e outros créditos	2.349
Estoques	2.354
Imobilizado	439
Intangíveis	13.622
Fornecedores e outras contas a pagar	(3.074)
	17.676
Impostos diferidos sobre o valor justo dos ativos líquidos	(5.148)
Total líquido dos ativos identificáveis	12.528

A avaliação apresentada dos ativos intangíveis Marca, Acervo Editorial e Acordo de Não Competição foi concluída no trimestre encerrado em 30 de setembro de 2013 por empresa especializada de acordo com normas e critérios estabelecidos no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. A contabilização da aquisição foi revista com base nos laudos definitivos.

Ágio

O ágio reconhecido como resultante da aquisição foi identificado como segue:

Valor total da contraprestação transferida	29.109
Valor justo dos ativos identificados adquiridos líquidos dos passivos assumidos	(12.528)
Valor do ágio reconhecido	16.581

Nas demonstrações contábeis individuais da Editora, o ágio acima demonstrado está incluído no valor contábil do investimento, enquanto que nas demonstrações contábeis consolidadas está registrado no ativo intangível, e sua amortização não é permitida. Os custos incorridos pela Editora na aquisição relacionados a honorários profissionais com advogados, consultores e due diligence, no montante aproximado de R\$ 434, foram contabilizados como despesa no resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**3.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis compreendem

- As demonstrações contábeis consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e
- As demonstrações contábeis individuais da Editora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis individuais da Editora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações contábeis separadas no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a avaliação deve ser feita pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS é exigida a avaliação pelo custo ou valor justo.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e resultado apresentados nas demonstrações contábeis individuais da Editora. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e as demonstrações contábeis individuais da Editora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de março de 2014 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2013.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

3.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o real (R\$).

3.4. Principais fontes de julgamento e estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Lucro líquido do exercício	13.023	77.010	13.021	77.015
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	13.023	77.010	13.021	77.015
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores			13.023	77.010
Acionistas não controladores	20.h)		(2)	5
			13.021	77.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revistas.

As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 6
- Provisão para perdas com estoques - nota explicativa nº 7
- Impostos diferidos - nota explicativa nº 9
- Redução dos valores de recuperação dos ativos - nota explicativa nº 12
- Redução ao valor de recuperação do ágio - nota explicativa nº 13
- Programa de fidelização de clientes do Varejo - nota explicativa nº 15
- Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas - nota explicativa nº 19
- Valor justo dos instrumentos financeiros - nota explicativa nº 28

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas a seguir são adotadas pela Editora, Varejo, Érica e Minha Biblioteca e foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

a) Mudança de política contábil

As IFRS 10 (CPC 36 R3) e 11 (CPC 19 R2) são de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2013. As políticas contábeis adotadas pela Companhia foram alteradas somente pela adoção da IFRS 11 (CPC 19 R2) - "Negócios em conjunto" em relação àquelas divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012.

A IFRS 10 (CPC 36 R3) - "Demonstrações consolidadas" exige que uma entidade que controla uma ou mais entidades apresente demonstração consolidada e define princípio de controle e como aplicá-lo para identificar o controle sobre uma ou mais entidades; e os requisitos contábeis para elaboração das demonstrações contábeis. A Editora não teve alterações em suas políticas contábeis com a adoção da IFRS 10.

A IFRS 11 (CPC 19 R2) - "Negócios em conjunto" define controle conjunto e exige que a entidade contabilize os direitos e obrigações de acordo com o tipo de negócio conjunto.

Controle conjunto é o acordo contratual convencionado para o controle de negócio em que as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. O tipo de negócio em conjunto será determinado de acordo com os direitos e obrigações das partes integrantes do negócio: (i) operações em conjunto - as partes integrantes do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. A contabilização da participação nos ativos, passivos, receitas e despesas será realizada por consolidação proporcional; e (ii) empreendimento controlado em conjunto - as partes integrantes do negócio têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio e a contabilização do investimento deve ser realizada pelo método de equivalência patrimonial, não sendo admitida a consolidação proporcional. O controle compartilhado sobre a Minha Biblioteca é classificado como empreendimento controlado em conjunto. Os efeitos da consolidação proporcional do empreendimento controlado em conjunto Minha Biblioteca referentes o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 publicados nas demonstrações contábeis consolidadas da Editora foram revistos e estão sendo desconsolidados nas demonstrações contábeis consolidadas como segue:

Balanco Patrimonial:

	Em 01 de janeiro de 2012			Em 31 de dezembro de 2012		
	Balanco antes dos ajustes	Ajuste IFRS 11	Balanco ajustado	Balanco antes dos ajustes	Ajuste IFRS 11	Balanco ajustado
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	101.609	(89)	101.520	87.035	(40)	86.995
Contas a receber de clientes	375.137	-	375.137	369.725	(15)	369.710
Estoques	390.450	-	390.450	402.746	-	402.746
Impostos e contribuições a recuperar	81.961	(1)	81.960	86.966	(3)	86.963
Outros créditos	20.308	(3)	20.305	17.469	(3)	17.466
Despesas antecipadas	508	(1)	507	430	-	430
Total do ativo circulante	969.973	(94)	969.879	964.371	(61)	964.310
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo:						
Depósitos judiciais	28.667	-	28.667	28.113	-	28.113
Impostos e contribuições a recuperar	35.258	-	35.258	59.067	-	59.067
Outros créditos	444	-	444	412	-	412
	64.369	-	64.369	87.592	-	87.592
Investimentos:						
Em controlada em conjunto	-	95	95	-	45	45
Outros	565	-	565	565	-	565
Imobilizado	130.235	(10)	130.225	126.162	(8)	126.154
Intangível	129.260	-	129.260	156.251	-	156.251
Total do ativo não circulante	324.429	85	324.514	370.570	37	370.607
TOTAL DO ATIVO	1.294.402	(9)	1.294.393	1.334.941	(24)	1.334.917

	Em 01 de janeiro de 2012			Em 31 de dezembro de 2012		
	Balanco antes dos ajustes	Ajuste IFRS 11	Balanco ajustado	Balanco antes dos ajustes	Ajuste IFRS 11	Balanco ajustado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	307.762	(1)	307.761	299.114	(5)	299.109
Empréstimos e financiamentos	117.872	-	117.872	148.371	-	148.371
Obrigações sociais e trabalhistas	21.172	-	21.172	24.304	(12)	24.292
Impostos e contribuições a recuperar	7.729	(8)	7.721	7.645	(5)	7.640
Imposto de renda e contribuição social	4.254	-	4.254	2.398	-	2.398
Direitos autorais a pagar	25.768	-	25.768	19.821	-	19.821
Participação dos administradores	4.620	-	4.620	6.062	-	6.062
Dividendos e juros sobre o capital próprio	12.378	-	12.378	15.206	-	15.206
Receita diferida - programa de fidelização	6.701	-	6.701	4.775	-	4.775
Arrendamento operacional - locação de lojas	10.367	-	10.367	11.239	-	11.239
Outras obrigações	19.512	-	19.512	13.547	-	13.547
Total do passivo circulante	538.135	(9)	538.126	552.482	(22)	552.460
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	257.864	-	257.864	226.622	-	226.622
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.533	-	4.533	19.181	-	19.181
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22.574	-	22.574	16.106	-	16.106
Outras obrigações	5.089	-	5.089	4.609	(2)	4.607
Total do passivo não circulante	290.060	-	290.060	266.518	(2)	266.516
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	203.653	-	203.653	229.901	-	229.901
Ações em tesouraria	(4.923)	-	(4.923)	(4.923)	-	(4.923)
Reservas de lucros	246.726	-	246.726	271.932	-	271.932
Ajustes de avaliação patrimonial	11.279	-	11.279	11.279	-	11

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O ágio é mensurado na data de aquisição e corresponde a soma: a) da contraprestação transferida; e b) do valor líquido dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos, mensurados pelo valor justo;

Os custos diretamente relacionados à aquisição, são registrados no resultado como despesa quando incorridos.

O passivo fiscal diferido calculado sobre os ativos identificáveis líquidos dos passivos assumidos na aquisição afeta o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill).

Investimentos em controladas

A Editora controla as políticas financeiras e operacionais do Varejo e da Érica para auferir benefícios de suas atividades. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Editora, do Varejo e da Érica, empresas controladas, encerradas na mesma data-base.

Nas demonstrações contábeis individuais da Editora, as informações contábeis do Varejo e da Érica são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis relacionadas ao Varejo e a Érica são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Editora.

Empresa controlada em conjunto

As demonstrações contábeis da Minha Biblioteca são reconhecidas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Editora pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis relacionadas à Minha Biblioteca são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Editora.

Transações eliminadas na consolidação

Os saldos e transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre a Editora e as empresas controladas são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e prejuízos não realizados oriundos de transações com empresas investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Editora nas empresas investidas. Entretanto, os prejuízos não realizados são eliminados somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

c) Receitas operacionais

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas e os correspondentes custos são registrados quando da transferência dos riscos e benefícios associados às mercadorias e aos produtos vendidos. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas. A receita diferida é reconhecida quando, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir, bem como o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

As vendas que resultam na emissão de bônus aos clientes do programa de fidelização do Varejo ("Saraiva Plus") são contabilizadas como receita diferida pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas. A receita diferida é reconhecida ao resultado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas e por expiração do direito de uso dos pontos.

d) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

e) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento
Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data em que são assinados os contratos.

O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros não derivativos são classificados nas seguintes categorias:

ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou quando designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Editora e suas controladas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, documentadas pela Editora e suas controladas. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Esses ativos estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com recebimentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data em que são assumidas as disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iv) Instrumentos financeiros derivativos

Compreendem as operações cujo valor se altera em resposta a mudanças na taxa de câmbio, liquidadas em datas futuras. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da contratação e ajustados pelo valor justo na data de encerramento de cada exercício. Os ganhos e as perdas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. São consideradas nessa categoria as operações de "swap" para os empréstimos em moeda estrangeira.

f) Contas a receber de clientes e provisões para créditos de liquidação duvidosa

Registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, líquidas de provisões para créditos de liquidação duvidosa e dos créditos considerados irre recuperáveis.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

g) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou do processo de edição de livros e, quando aplicável, deduzidos de provisões para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior. No caso do Varejo é constituída provisões para perdas de itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração.

Periodicamente a Administração da Editora realiza análise do estoque e, quando identificados livros deteriorados ou edições descontinuadas pelo mercado, o valor correspondente ao custo dos livros é reconhecido diretamente no resultado.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da Editora e o investimento na controlada em conjunto é avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. O lucro não realizado decorrente das operações de venda de produtos com o Varejo é eliminado no cálculo de equivalência patrimonial.

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de provisões para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear à taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens (nota explicativa nº 12). As instalações e benfeitorias nas unidades localizadas da Editora e do Varejo são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica estimada dos bens, dos dois o menor (nota explicativa nº 12).

Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos obtidos para expansão e reforma das lojas do Varejo não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, uma vez que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e reconhecidos no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes, quando aplicável, são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

j) Intangível
Adquiridos separadamente:

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada.

Os gastos com cessão comercial pagos pelo Varejo quando da assinatura dos contratos de aluguéis dos imóveis comerciais são considerados itens do ativo intangível na data de assinatura dos contratos e amortizados linearmente pelo prazo de locação.

Gerados internamente:

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento de software, é reconhecido somente se demonstradas cumulativamente as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível, a geração de prováveis benefícios econômicos futuros e a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento; e (iv) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido corresponde aos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente, os ativos são registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Ágio

Atualmente o ágio apurado na aquisição de empresas representa o excesso do valor pago na aquisição em relação à participação no valor justo dos ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes das empresas adquiridas reconhecidos na data da aquisição. O ágio, inicialmente reconhecido pelo valor justo é, subsequentemente, avaliado pelo seu valor de recuperação. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, foi aplicado o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios para o registro da operação de aquisição da totalidade das quotas da Érica (Nota explicativa nº 2).

O ágio apresentado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é resultante: a) da aquisição e incorporação de empresas adquiridas entre 2003 e 2008 e foi amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, o ágio deixou de ser amortizado e passou a ser submetido ao teste de recuperação em bases anuais e independentemente da existência de indicadores de perda; e b) combinação de negócios, decorrente da aquisição da totalidade das quotas da Érica em 2013.

k) Avaliação do valor recuperável dos ativos
i. Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda de valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Editora e as empresas controladas em condições que a Editora e as empresas controladas não considerariam em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros;
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Editora e as empresas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Editora e as empresas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir se o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisões. Quando a Editora e as empresas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Editora e as empresas controladas, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido dos custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos correspondente ao custo, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até a data de encerramento de cada exercício de relatório pelo prazo de vigência dos contratos.

Os empréstimos denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos exercícios e estão vinculados a operações de "swap", registradas pelo regime de competência a valor justo. Os ganhos e as perdas auferidos ou incorridos em virtude desses contratos são reconhecidos como ajustes no resultado financeiro.

m) Custos de transações de captação de empréstimos e financiamentos

Os custos incorridos na captação de recursos com instituições financeiras são apropriados ao resultado pela fluência do prazo de vigência da operação, com base no método de custo amortizado.

n) Direitos autorais

Calculados e registrados como despesas operacionais no momento da realização das vendas e, em alguns casos, como custo da produção, no momento da edição.

o) Provisões

A provisão é reconhecida mediante uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado no encerramento de cada exercício.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada quando a perda é julgada provável e pelo seu montante estimado de perda, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos da Editora e do Varejo. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos estão descritos na nota explicativa nº 19.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e que haja expectativa de saída de caixa não são reconhecidos, entretanto, são divulgados.

Os passivos são periodicamente avaliados para determinar se existem evidências de uma provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar as obrigações.

p) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os demais casos são classificados como arrendamento operacional.

• Arrendamentos operacionais

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa pelo método linear, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos contingentes (parcela variável em virtude da receita de vendas) são reconhecidos como despesa nos exercícios em que são incorridos.

• Arrendamentos financeiros

Capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento em contrapartida às correspondentes obrigações, líquidas dos encargos financeiros, registradas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato.

q) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos
• Correntes

As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, como segue:

Editora e Varejo: as provisões para o IRPJ e CSLL são calculadas de acordo com as alíquotas vigentes sobre o lucro real, apurado a partir do lucro líquido contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis.

Érica: as provisões para IRPJ e CSLL são calculadas de acordo com as alíquotas vigentes sobre o lucro presumido, apurado trimestralmente por meio da soma do valor resultante da aplicação dos percentuais de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre a receita bruta de vendas deduzida dos cancelamentos, devoluções e descontos incondicionais, e das demais receitas incluídas no conceito de receita bruta definido na legislação do imposto de renda.

• Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e sobre diferenças temporárias do Varejo e sobre diferenças temporárias da Editora. Não há ativos fiscais diferidos para a Érica em virtude da opção pela tributação do IRPJ e da CSLL com base no lucro presumido. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando realizado o ativo ou liquidado o passivo sobre os quais são calculados. Os impostos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos, representados pelo IRPJ e CSLL diferidos, são apresentados compensados.

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. O cálculo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

r) Receita diferida - programa de fidelização de clientes

A receita de vendas obtida pelo programa de fidelização do Varejo é registrada na rubrica "receita diferida - programa de fidelização" pelo valor justo dos pontos acumulados e reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos créditos pelos clientes, pela efetiva expiração do direito de uso dos créditos e pela amortização de parte do saldo de provisões relativa à expectativa de expiração do direito de uso dos pontos, calculada pela base histórica de ocorrências.

O valor justo é calculado com base na quantidade de pontos necessária para obtenção do direito ao crédito e ajustado por uma parcela relacionada à expectativa de expiração do direito de utilização dos pontos pelos clientes. De acordo com o regulamento do programa vigente desde 1º de abril de 2011 a cada 1.000 pontos o cliente tem o direito a R\$ 15,00 de desconto em compras futuras de qualquer produto em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo.

s) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo relacionado aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, quando aplicável é reconhecido se há uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

t) Remuneração baseada em ações

O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Editora e do Varejo é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 20.e).

O valor justo das opções de compra determinado na data da outorga de cada plano é registrado pelo método linear como despesa ao resultado dos exercícios durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas.

u) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos, sobre os quais são imputados os juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Editora que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "dividendos e juros sobre o capital próprio" por ser considerada como uma obrigação estatutária da Editora. Por outro lado, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o encerramento do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica "dividendos adicionais propostos".

v) Apresentação do lucro líquido por ação

O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33), conforme nota explicativa nº 27.

w) Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente os juros ativos e passivos oriundos, respectivamente, de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. Esses juros são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

x) Informação por segmento

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria e ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Eventualmente são utilizadas, em determinadas análises, informações detalhadas sobre produtos e outras divisões do Grupo que não se qualificam como segmentos para divulgação.

y) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A DVA apresentada pela Editora tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e sua distribuição durante determinado período conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação complementar as demonstrações contábeis consolidadas, porque não é prevista nem requerida pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

z) Novas normas e interpretações não adotadas

IFRS 9 *Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)* (2010), IFRS 9 *Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)* (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual são mantidas as características de seus fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração no pronunciamento vigente, correspondentes a esta norma. A Editora e as empresas controladas não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

aa) Determinação do valor justo

Os valores justos são apurados para ativos e passivos financeiros e não-financeiros para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Editora - BR GAAP	Consolidado - IFRS e BR GAAP		
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Caixa e bancos - conta movimento	174	726	11.480	12.309
Aplicações financeiras (*)	6.757	53.880	11.606	74.686
	<u>6.931</u>	<u>54.606</u>	<u>23.086</u>	<u>86.995</u>

(*) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados pela taxa de 100% (75% a 102% em 2012) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A exposição a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Duplicatas a receber	113.133	99.617	120.142	102.528
Duplicatas a receber - Varejo	7.975	12.625	-	-
Cartões de crédito	97	16	138.772	267.460
Cheques a receber	3.017	4.881	3.105	5.068
	124.222	117.139	262.019	375.056
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.464)	(3.110)	(5.112)	(5.346)
	120.758	114.029	256.907	369.710

O período médio de recebimento das vendas de produtos realizadas pela Editora ("duplicatas a receber") é de 80 dias, do Varejo é de 54 dias e da Érica de 50 dias.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor a receber do Programa Nacional do Livro Didático "PNLD", representava 20% do saldo total de contas a receber da Editora e as contas a receber representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes operadoras: Cielo, Redecard e American Express.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada exercício é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

a) Saldos por vencimento

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
A vencer	117.787	110.553	252.301	368.189
Vencidos:				
Até 60 dias	3.545	4.164	5.222	4.387
De 61 a 90 dias	622	450	1.484	478
De 91 a 180 dias	1.064	908	1.708	938
Acima de 180 dias	1.204	1.064	1.304	1.064
	124.222	117.139	262.019	375.056

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estimada com base na probabilidade de recebimento, de acordo com o histórico de inadimplência. Os créditos vencidos há mais de 180 dias, considerados irrecuperáveis, são mantidos em conta de provisão até o final do exercício em que são identificados e baixados das contas a receber de clientes no exercício seguinte.

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Saldos no início do exercício	(3.110)	(2.496)	(5.346)	(3.596)
Baixa dos créditos considerados irrecuperáveis	2.311	1.918	4.225	2.843
Créditos considerados irrecuperáveis no exercício	(2.690)	(2.311)	(4.069)	(4.225)
Reversão de provisão de exercício anterior	799	578	1.121	753
Provisão do exercício	(774)	(799)	(1.043)	(1.121)
Saldos no fim do exercício	(3.464)	(3.110)	(5.112)	(5.346)

O valor registrado ao resultado é como segue:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Créditos considerados irrecuperáveis no exercício	(2.690)	(2.311)	(4.069)	(4.225)
Provisão do período líquida da reversão de provisão de exercício anterior	25	(221)	78	(1.015)
Recuperação de créditos considerados irrecuperáveis	375	307	(861)	332
	(2.290)	(2.225)	(4.852)	(4.908)

7. ESTOQUES

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Mercadorias para revenda	840	653	348.693	258.956
Licenças de uso	744	-	744	-
Produtos acabados	94.774	80.697	95.980	80.697
Produtos em elaboração	50.996	58.819	50.996	58.819
Matérias-primas	14.431	8.811	14.431	8.811
Materiais de embalagem e consumo	1.367	1.160	3.714	4.087
	163.152	150.140	514.558	411.370
Lucro não realizado nos estoques (venda da Editora para o Varejo)	-	-	(11.333)	(8.624)
	163.152	150.140	503.225	402.746

Provisão para perdas com estoques

A provisão para perdas está relacionada à obsolescência dos estoques. No caso do Varejo, a provisão corresponde aos estoques sem condição de venda, por deterioração, ou pelo giro abaixo das estimativas previstas. No caso da Editora, o valor correspondente ao custo dos livros deteriorados ou das edições descontinuadas pelo mercado e é reconhecido diretamente ao resultado. O item mercadoria para revenda do Varejo está líquido de provisão para obsolescência e provisão para perda com estoque danificado no montante de R\$ 17.149 (R\$ 2.057 em 31 de dezembro de 2012).

O custo dos estoques reconhecido no resultado apresenta a seguinte composição:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Custo dos produtos e das mercadorias vendidos	161.474	148.122	1.225.969	1.078.298
Despesas operacionais	9.470	8.779	10.035	9.426
	170.944	156.901	1.236.004	1.087.724

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (ii)	12.487	7.181	77.189	51.733
Programa de Integração Social - PIS (ii)	2.398	768	17.797	11.090
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	558	-	5.359	2.941
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	2.350	1.171	5.123	2.110
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.209	-	4.582	308
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (i)	-	-	66.081	77.770
Contribuição Previdenciária - INSS (ii)	4.475	-	9.587	-
Outros	-	10	3	78
	24.477	9.130	185.721	146.030
Ativo circulante	24.477	9.130	140.196	86.963
Ativo não circulante	-	-	45.525	59.067
	24.477	9.130	185.721	146.030

(i) Inclui o ICMS retido por substituição tributária no Estado de São Paulo, objeto de ressarcimento, no montante de R\$ 33.371 (R\$ 54.664 em 31 de dezembro de 2012).

A partir de 2008, o regime de substituição tributária de ICMS vigente no Estado de São Paulo passou a enquadrar grande parte dos produtos comercializados por diversas empresas do segmento de varejo, exigindo a adoção de procedimentos específicos para a adequada manutenção de registros fiscais necessários à recuperação de créditos gerados em operações realizadas para fora do território paulista.

Parte dos produtos comercializados pelo Varejo está sujeita ao regime de substituição tributária nas operações subsequentes, sendo os produtos enquadrados como segue:

- Produtos de áudio e vídeo - a partir de abril de 2008.
- Produtos de multimídia relacionados a "games" - a partir de setembro de 2008.
- Produtos de multimídia relacionados a consoles - a partir de maio de 2009.
- Produtos de papelaria e brinquedos - a partir de maio de 2009.
- Produtos de informática, telefonia e eletroeletrônicos - a partir de junho de 2009.

Por esse regime, o ICMS devido nas operações de venda do Varejo é pago antecipadamente na aquisição das mercadorias e registrado como custo do estoque no pressuposto de que as vendas a não contribuintes do ICMS ocorrerão no Estado de São Paulo. Nas operações de transferência dessas mercadorias dos Centros de Distribuição, localizados em São Paulo, para as lojas estabelecidas em outros Estados da Federação, o ICMS pago antecipadamente transforma-se em crédito de imposto a ser ressarcido com o Estado de São Paulo, nos termos previstos na legislação estadual.

O processo de ressarcimento exige o atendimento de normativos legais previstos no Regulamento do ICMS-SP, Decreto nº 45.490/00, e Portaria CAT nº 17/99, que exige, entre outras atividades para a apuração do crédito, o desenvolvimento de um software para extração de dados históricos e sua formatação nos formatos exigidos.

A apuração dos créditos requer, ainda, um minucioso trabalho de certificação dos dados históricos obtidos atualmente com os mesmos dados apresentados em outras obrigações fiscais transmitidas à época dos períodos de enquadramento dos produtos e a preparação de relatórios e mídias com arquivos magnéticos que serão submetidos à avaliação das autoridades fiscais no processo de ressarcimento.

A Administração iniciou, em 2010, todo o esforço necessário para que os valores fossem apurados e homologados com sucesso, o que incluiu: (a) discussões com entidades de classe e órgãos da administração pública; (b) contratação de consultoria especializada; e (c) investimentos em tecnologia e recursos humanos.

Em 12 de dezembro de 2011, foi publicado o Decreto nº 57.608, que estabeleceu a possibilidade de requerer Regime Especial para tornar os Centros de Distribuição localizados no Estado de São Paulo, que atualmente acumulam créditos nas operações de abastecimento da rede de lojas de outros Estados, em agentes responsáveis pela retenção e pelo recolhimento do ICMS incidente sobre as saídas subsequentes.

Por meio do Regime Especial, as operações de abastecimento das lojas localizadas em outros Estados deixam de acumular créditos de ICMS nos Centros de Distribuição, e os créditos acumulados em períodos anteriores, observados os dispositivos legais da Portaria CAT nº 17/99, poderão ser compensados na escrita fiscal em até 36 meses, com o ICMS relativo às operações submetidas ao regime comum de tributação.

Em 12 de junho de 2012, o Varejo obteve o deferimento do Pedido de Regime Especial, instruído nos termos do Decreto nº 57.608/2011 com vigência a partir de 1 de julho de 2012, deslocando a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS incidente sobre as operações subsequentes para os Centros de Distribuição do Varejo nas operações de abastecimento de suas Lojas localizadas no Estado de São Paulo. Com o Regime Especial, os fornecedores do Varejo, definidos pela legislação estadual do ICMS e nos convênios e protocolos de que o Estado de São Paulo é signatário, como contribuintes substitutos tributários ficam desobrigados da retenção e recolhimento do imposto incidente sobre as operações subsequentes.

A medida evita o pagamento antecipado do ICMS sobre mercadorias destinadas a outros estados da Federação que se transformavam em créditos de difícil recuperação em virtude do processo legal estabelecido para o ressarcimento; congela o crédito acumulado de ICMS e permite sua utilização para o pagamento dos impostos gerados a partir da vigência do Regime Especial pelas operações de abastecimento de todas as Lojas da rede.

O valor do crédito de ICMS calculado sobre o estoque de produtos sujeitos ao regime de substituição tributária existente em 30 de junho de 2012, data correspondente ao final do dia anterior ao da vigência do Regime Especial é de R\$ 4.568. O crédito foi totalmente utilizado para o pagamento do ICMS por substituição tributária gerado pelos Centros de Distribuição a partir de 1º de julho de 2012, em dez parcelas iguais e sucessivas, nos termos do Decreto nº 57.608/2011.

Em 12 de março de 2013, o Varejo obteve o deferimento do Aditamento ao Regime Especial, instruído nos termos do Decreto nº 57.608/2011, que autoriza a apresentação de Demonstrativo de Controle de Estoque diverso do previsto na Portaria CAT 17/99 para instruir o pedido de ressarcimento de créditos acumulados do período entre abril de 2008 e junho de 2012.

A medida promove uma simplificação relevante para o Varejo na condução do processo de ressarcimento e na apresentação das informações que serão utilizadas pela autoridade fiscal para certificação dos créditos.

Em 31 de dezembro de 2013 a Administração concluiu a apuração do valor do crédito efetivamente recuperável do período entre abril de 2008 e junho de 2012. O valor apurado de acordo com os termos do Regime Especial aprovado em 12 de março de 2013 foi de R\$ 43.304, resultando em perda de valor recuperável no montante de R\$ 11.357, registrado em "Outras despesas operacionais". Os valores efetivamente compensáveis de acordo com o modelo de apuração simplificado, são apresentados à Secretaria da Fazenda e compensados nos termos do Decreto nº 57.608/11, independentemente de verificação fiscal. O valor efetivamente compensado na escrita fiscal até 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 9.936. O valor de crédito a compensar, sujeito a apuração no modelo simplificado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 33.371.

(ii) Inclui créditos constituídos para a Editora e Varejo amparados em parecer de seus assessores jurídicos, relacionados a INSS (Editora R\$ 4.465, Consolidado R\$ 9.509) e PIS e Cofins (Editora R\$ 3.681, Consolidado R\$ 11.681).

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Ativo não circulante:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	26.404	26.011
Provisões para riscos e impostos e contribuições a recolher	651	560	5.685	5.297
Provisão para o custo das vendas de mercadorias recebidas em consignação	23	2	2.526	7.263
Programa de fidelização Saraiva Plus	-	-	1.324	1.623
Provisão para obsolescência de estoque	-	-	5.831	699
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	263	272	277	338
Perda não realizada em operação de "swap"	129	-	129	-
Provisão participação nos resultados e gratificações	2.238	-	3.483	-
Provisão para premiação sobre vendas	760	-	760	-
Provisão para perda de valor recuperável	-	-	4.122	-
Outras provisões	464	586	1.878	738
	4.528	1.420	52.419	41.969
Passivo não circulante:				
Provisão para perdas com estoque de livros (*)	10.836	9.220	23.716	22.220
Amortização fiscal do ágio sobre aquisição de empresas	4.963	4.765	31.526	26.388
Custo atribuído ao imobilizado - "terrenos"	5.810	5.810	5.810	5.810
Ganho não realizado em operação de "swap"	-	-	2.906	6.729
Impostos diferidos - combinação de negócios	-	-	4.447	-
Outros	3	3	3	3
	21.612	19.798	68.408	61.150
	17.084	18.378	15.989	19.181

(*) A Editora e o Varejo, com base na opinião de seus advogados externos, consideram o incentivo fiscal instituído pela Lei nº 10.753/03, com redação alterada pela Lei nº 10.833/03, relacionado à dedutibilidade da provisão para perdas nos estoques, como um ajuste direto na base fiscal, reconhecendo-se os respectivos IRPJ e CSLL diferidos passivos.

A Administração considera o valor contábil dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Editora, realizáveis na proporção da solução final das ações judiciais impetradas; em relação aos ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias do Varejo, a Administração considera sua realização com base nos lucros tributáveis futuros, conforme segue:

Data de encerramento do exercício	Realização do ativo fiscal diferido do Varejo	
	31/12/13	31/12/12
31 de dezembro de 2014	15.384	-
31 de dezembro de 2015	11.357	-
31 de dezembro de 2016	8.456	-
31 de dezembro de 2017	9.742	-
31 de dezembro de 2018	2.952	-
	47.891	-

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	17.030	93.635	10.249	105.761
(-) Parcela tributada pelo lucro presumido	-	-	3.334	-
Base de cálculo tributada pelo lucro real	17.030	93.635	6.915	105.761
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(5.790)	(31.835)	(2.351)	(35.959)
Imposto de renda e contribuição social pelo lucro presumido	-	-	(288)	-
	(5.790)	(31.835)	(2.639)	(35.959)
Adições permanentes - despesas não dedutíveis	(818)	(755)	(2.194)	(254)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(5.924)	8.142	1	-
Efeito dos juros sobre o capital próprio	8.339	8.835	8.339	8.835
Lucro não realizado nos estoques do Varejo	-	-	(921)	(328)
Outros itens	186	(1.012)	186	(1.040)
	(4.007)	(16.625)	2.772	(28.746)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:				
Correntes	(5.301)	(13.700)	(5.568)	(14.100)
Diferidos	1.294	(2.925)	8.340	(14.646)
	(4.007)	(16.625)	2.772	(28.746)
	23,53%	17,76%	27,05%	27,18%

c) Neutralidade para fins tributários da aplicação da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 (Lei nº 11.941/09)

A Editora e o Varejo optaram pelo Regime Tributário de Transição - RTT instituído pela Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), por meio da qual as apurações do IRPJ, da CSLL e da contribuição para o PIS e a COFINS continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o IRPJ e a CSLL diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07, foram registrados nas demonstrações contábeis da Editora e do Varejo, quando aplicáveis, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 32 - Tributo sobre o Lucro (IAS 12). A Editora e o Varejo manifestaram a referida opção na Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ em 2009.

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627") e Instrução Normativa 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1.422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1.397"). A MP 627 entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, com a possibilidade de opção, de forma irrevogável, pela aplicação dos dispositivos nela contidos, a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração da Editora e do Varejo tem a intenção de fazer a adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração da Editora e do Varejo e de seus consultores, a opção pela adoção antecipada, não representará risco relacionado à tributação sobre dividendos pagos após a data da publicação da MP 627 que excederem o lucro fiscal apurado entre 1/1/2008 e 31/12/2013.

10. PARTES RELACIONADAS
a) Transações comerciais e empréstimos

As partes relacionadas com as quais a Editora mantém transações são:

- Varejo - empresa controlada.
- Instituto Jorge Saraiva - outras partes relacionadas.

As transações com as partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, doações e empréstimos de mútuo.

As transações comerciais de venda de livros da Editora para o Varejo são realizadas com base nos preços de capa dos livros e descontos normais concedidos para livreiros, acrescidos de descontos por volume de compra. A liquidação das contas a receber e do corrente com a transferência de recursos financeiros do Varejo para a Editora nos prazos concedidos em cada pedido de compra.

As transações comerciais, entre o Varejo e a Érica foram eliminadas no processo de consolidação.

Os empréstimos obtidos e/ou concedidos para o Varejo possuem prazo de vencimento indeterminado e juros equivalentes a 101% da variação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Editora é composta como segue:

	Editora - BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:		
Lucro (Prejuízo) líquido do Varejo	(16.406)	25.120
Lucro (Prejuízo) líquido da Minha Biblioteca	4	(200)
Lucro líquido da Érica	3.047	-
Realização dos ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos pela aquisição da Érica	(1.360)	-
Lucro não realizado nos estoques sobre as vendas para o Varejo	(2.709)	(968)
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial ajustado	(17.424)	23.952
Equivalência patrimonial	(17.422)	23.948

As alterações registradas nas contas de investimentos foram as seguintes:

	Editora - BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12
Saldo no início do exercício	300.945	276.847
Integralização de capital em empresa de controle compartilhado - Minha Biblioteca	100	150
Ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos - aquisição Érica	12.528	-
Ágio - aquisição Érica	16.581	-
Lucro não realizado nos estoques do Varejo	(2.709)	(968)
Participação no resultado do Varejo	(16.404)	25.116
Participação no resultado da Minha Biblioteca	4	(200)
Participação no resultado da Érica	3.047	-
Cessão de 1% das quotas da Érica para o Varejo	(55)	-
Realização dos ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos pela aquisição da Érica	(1.360)	-
Saldo no fim do exercício	312.677	300.945

As principais informações do Varejo, da Minha Biblioteca e da Érica são como segue:

	Varejo		Minha Biblioteca		Érica	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Ativo total	921.006	938.960	790	280	6.981	
Passivo circulante e não circulante	627.831	629.379	190	100	1.400	
Patrimônio líquido	293.175	309.581	600	180	5.581	
Receitas líquidas (i)	1.687.854	1.508.716	1.599	308	9.355	
(Prejuízo) Lucro do exercício (i)	(16.406)	25.120	15	(800)	3.047	

(i) Compreende o período entre 8 de junho e 31 de dezembro de 2013.

12. IMOBILIZADO

	Editora - BR GAAP					
	31/12/13			31/12/12		
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor líquido	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor líquido
Terrenos	-	18.527	18.527	-	18.527	18.527
Edifícios e construções	4	8.006	(4.925)	3.081	8.006	(4.607)
Máquinas e equipamentos	10	2.079	(1.778)	301	1.884	(1.707)
Móveis, utensílios e instalações	10	8.524	(6.189)	2.335	8.059	(5.719)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	12.159	(9.576)	2.583	11.613	(8.547)
Veículos	20	8.625	(6.263)	2.362	8.927	(5.644)
Equipamentos de informática	20	17.839	(13.734)	4.105	16.422	(12.450)
Imobilizado arrendado	20	828	(266)	562	828	(101)
Imobilizado em andamento	-	56	-	56	269	-
		<u>76.643</u>	<u>(42.731)</u>	<u>33.912</u>	<u>74.535</u>	<u>(38.775)</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

	Consolidado - IFRS e BR GAAP					
	31/12/13			31/12/12		
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor líquido	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Valor líquido
Terrenos	-	18.530	18.530	-	18.530	18.530
Edifícios e construções	4	9.447	(5.946)	3.501	9.447	(5.572)
Máquinas e equipamentos	10	3.308	(2.669)	639	2.871	(2.586)
Móveis, utensílios e instalações	10	78.819	(45.269)	33.550	73.993	(39.762)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	169.397	(130.795)	38.602	155.693	(110.569)
Veículos	20	10.040	(6.984)	3.056	10.353	(6.246)
Equipamentos de informática	20	56.081	(41.241)	14.840	50.976	(36.759)
Imobilizado arrendado	20	2.857	(773)	2.084	2.857	(202)
Imobilizado em andamento	-	1.290	-	1.290	3.130	-
		<u>349.769</u>	<u>(233.677)</u>	<u>116.092</u>	<u>327.850</u>	<u>(201.696)</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

As alterações registradas na rubrica "Imobilizado" foram as seguintes:

	Editora - BR GAAP							
	31/12/11				31/12/12			
	Adições	Baixas	Transfe-rências	Provisão para perda de valor recuperável	Adições	Baixas	Transfe-rências	Provisão para perda de valor recuperável
Custo:								
Terrenos	18.527	-	-	-	18.527	-	-	-
Edifícios e construções	7.987	19	-	-	8.006	-	-	-
Máquinas e equipamentos	1.881	10	(7)	-	1.884	197	(2)	-
Móveis, utensílios e instalações	7.815	283	(39)	-	8.059	326	(6)	145
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11.341	272	-	-	11.613	451	-	95
Veículos	8.628	1.003	(704)	-	8.927	369	(671)	-
Equipamentos de informática	14.664	1.863	(105)	-	16.422	1.701	(313)	29
Imobilizado arrendado	828	-	-	-	828	-	-	-
Imobilizado em andamento	124	147	(2)	-	269	56	-	(269)
Total do custo	<u>71.795</u>	<u>3.597</u>	<u>(857)</u>	-	<u>74.535</u>	<u>3.100</u>	<u>(992)</u>	-
Depreciação acumulada:								
Edifícios e construções	(4.290)	(317)	-	-	(4.607)	(318)	-	-
Máquinas e equipamentos	(1.637)	(78)	8	-	(1.707)	(73)	2	-
Móveis, utensílios e instalações	(5.371)	(382)	34	-	(5.719)	(476)	6	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(7.614)	(933)	-	-	(8.547)	(1.029)	-	-
Veículos	(4.807)	(1.491)	654	-	(5.644)	(1.198)	579	-
Equipamentos de informática	(11.146)	(1.408)	104	-	(12.450)	(1.571)	287	-
Imobilizado arrendado	-	(101)	-	-	(101)	(165)	-	-
Total da depreciação	<u>(34.865)</u>	<u>(4.710)</u>	<u>800</u>	-	<u>(38.775)</u>	<u>(4.830)</u>	<u>874</u>	-
Valor líquido	<u>36.930</u>	<u>(1.113)</u>	<u>(57)</u>	-	<u>35.760</u>	<u>(1.730)</u>	<u>(118)</u>	-

	Consolidado - IFRS e BR GAAP							
	31/12/11				31/12/12			
	Adições	Baixas	Transfe-rências	Provisão para perda de valor recuperável	Adições	Baixas	Transfe-rências	Provisão para perda de valor recuperável
Custo:								
Terrenos	18.530	-	-	-	18.530	-	-	-
Edifícios e construções	9.447	19	-	-	9.447	-	-	-
Máquinas e equipamentos	2.872	10	(11)	-	2.871	219	(23)	241
Móveis, utensílios e instalações	69.143	2.938	(287)	-	73.993	5.462	(124)	2.226
Benfeitorias em imóveis de terceiros	141.134	6.258	(1.080)	-	155.693	12.316	-	9.924
Veículos	9.537	1.555	(739)	-	10.353	517	(830)	-
Equipamentos de informática	46.995	4.286	(869)	-	50.976	4.107	(1.166)	2.361
Imobilizado arrendado	2.857	-	-	-	2.857	-	-	-
Imobilizado em andamento	1.290	13.460	(2)	-	13.377	56	-	(15.217)
Total do custo	<u>302.322</u>	<u>28.526</u>	<u>(2.988)</u>	-	<u>327.850</u>	<u>35.998</u>	<u>(2.143)</u>	<u>(465)</u>
Depreciação acumulada:								
Edifícios e construções	(5.199)	(373)	-	-	(5.572)	(374)	-	-
Máquinas e equipamentos	(2.491)	(107)	12	-	(2.586)	(106)	23	-
Móveis, utensílios e instalações	(34.886)	(4.967)	91	-	(39.762)	(5.600)	93	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(91.904)	(19.395)	730	-	(110.569)	(20.226)	-	-
Veículos	(5.226)	(1.709)	689	-	(6.246)	(1.463)	725	-
Equipamentos de informática	(32.381)	(5.228)	850	-	(36.759)	(5.620)	1.138	-
Imobilizado arrendado	-	(202)	-	-	(202)	(571)	-	-
Total da depreciação	<u>(172.087)</u>	<u>(31.981)</u>	<u>2.372</u>	-	<u>(201.696)</u>	<u>(33.960)</u>	<u>1.979</u>	-
Valor líquido	<u>130.235</u>	<u>(3.455)</u>	<u>(616)</u>	-	<u>126.154</u>	<u>2.038</u>	<u>(465)</u>	<u>(11.471)</u>

Os testes de recuperação são realizados quando existem indicadores de perdas, conforme descrito na nota explicativa nº 4. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Administração identificou eventos que denotam a existência de indicadores de perdas na unidade do Varejo Village Mall e constituiu provisão para perda de valor recuperável no montante de R\$ 11.471. Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve a existência de indicadores de perda de valor recuperável.

Ativos cedidos em garantia

As obrigações assumidas por meio de contratos de arrendamento financeiro estão garantidas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados, cujo valor contábil é de R\$ 2.084 (R\$ 2.655 em 31 de dezembro de 2012).

13. INTANGÍVEL

	Editora - BR GAAP					
	31/12/13			31/12/12		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Valor líquido	Taxa anual de amortização - %	Custo	Valor líquido
Ágio	-	19.522	(4.926)	-	19.522	(4.926)
Cessão de direitos	20	6.000	(2.803)	3.197	3.548	(2.413)
Software	20	31.459	(19.959)	11.500	25.427	(17.016)
Marcas e patentes	-	188	-	188	-	-
Outros intangíveis	20	1.722	(1.722)	-	1.722	(1.427)
Intangível em andamento	-	350	-	350	2.619	-
		<u>59.241</u>	<u>(29.410)</u>	<u>29.831</u>	<u>53.026</u>	<u>(25.782)</u>

	Consolidado - IFRS e BR GAAP					
	31/12/13			31/12/12		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Valor líquido	Taxa anual de amortização - %	Custo	Valor líquido
Ágio	-	115.352	(21.504)	-	98.771	(21.504)
Cessão comercial	20	33.611	(27.709)	5.902	33.163	(25.360)
Cessão de direitos	20	16.224	(3.399)	12.825	3.548	(2.413)
Software	20	95.878	(43.070)	52.808	81.088	(33.001)
Marcas e patentes	-	2.593	(68)	2.525	323	(67)
Outros intangíveis	20	2.715	(1.838)	877	1.722	(1.427)
Intangível arrendado	20	1.215	(740)	475	1.215	(497)
Intangível em andamento	-	6.051	-	6.051	20.690	-
		<u>273.639</u>	<u>(98.328)</u>	<u>175.311</u>	<u>240.520</u>	<u>(84.269)</u>

As alterações registradas na rubrica "Intangível" foram as seguintes:

	Editora - BR GAAP							
	31/12/11				31/12/12			
	Adições	Baixas	Transfe-rências	Provisão para perda de valor recuperável	Adições	Baixas	Transfe-rências	Provisão para perda de valor recuperável
Custo:								
Ágio	19.522	-	-	-	19.522	-	-	-
Cessão de direitos	3.392	57	-	99	3.548	1.135	-	1.317
Software	19.958	1.927	-	3.542	25.427	1.409	-	4.623
Marcas e patentes	188	-	-	-	188	-	-	-
Outros	1.722	-	-	-	1.722	-	-	-
Intangível em andamento	2.719	3.541	-	(3.641)	2.619	4.097	(426)	(5.940)
Total do custo	<u>47.501</u>	<u>5.525</u>	-	-	<u>53.026</u>	<u>6.641</u>	<u>(426)</u>	-
Amortização acumulada:								
Ágio	(4.926)	-	-	-	(4.926)	-	-	-
Cessão de direitos	(2.171)	(237)	-	(5)	(2.413)	(390)	-	(2.803)
Software	(15.256)	(1.765)	-	5	(17.016)	(2.943)	-	(19.959)
Outros	(1.034)	(393)	-	-	(1.427)	(295)	-	(1.722)
Total da amortização	<u>(23.387)</u>	<u>(2.395)</u>	-	-	<u>(25.782)</u>	<u>(3.628)</u>	-	-
Valor líquido	<u>24.114</u>	<u>3.130</u>	-	-	<u>27.244</u>	<u>3.013</u>	<u>(426)</u>	-

	Consolidado - IFRS e BR GAAP							
	31/12/11				31/12/12			
	Adições	Baixas	Transfe-rências	Provisão para perda de valor recuperável	Adições	Baixas	Transfe-rências	Provisão para perda de valor recuperável
Custo:								
Ágio	98.771	-	-	-	98.771			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)
Resumo das características dos empréstimos e financiamentos

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contra- tação	Venci- mento	Garantias	Valor contratado	Encargos
Editora:							
BNDES	Projetos editoriais, conteúdo digital, sistema de ensino e capital de giro	Pro cultura	Set/2011	Set/2016	Não há	R\$ 86.988	2,76% a.a. + TJLP (a)
Banco Itaú S.A.	Capital de giro	Oper. 4.131 c/ swap	Set/2013	Set/2014	Aval Livraria	R\$ 20.000	107,00% Variação CDI a.a.
Banco do Brasil S.A.	Capital de giro	CCB	Ago/2013	Mar/2015	Não há	R\$ 10.000	108,00% Variação CDI a.a.
SG Equipment Finance S.A.	Software e hardware	Leasing	Jan/2012	Jun 2015	Bem arrendado e nota promissória	R\$ 827	Variação do CDI
Varejo:							
BNDES	Expansão e reforma da rede de lojas, equipamento e capital de giro	Finame	Out/2011	Out/2016	Aval Editora	R\$ 69.393	2,63% a.a. + TJLP (a)
Banco Itaú S.A.	Capital de giro	CCB	Jan/2013	Jan/2015	Aval Editora	R\$ 20.000	Variação CDI + 1,20% a.a.
Banco Itaú S.A.	Capital de giro	CCB	Mar/2013	Mar/2015	Aval Editora	R\$ 10.000	Variação CDI + 1,20% a.a.
Banco Itaú S.A.	Capital de giro	Oper 4.131 c/ swap	Set/2013	Set/2014	Aval Editora	R\$ 30.000	104,50% Variação CDI a.a.
Banco Bradesco S.A.	Capital de giro	CCB	Nov/2013	Fev/2015	Sem aval	R\$ 20.361	Variação CDI + 1,45% a.a.
Banco Santander S.A.	Capital de giro	Oper 4.131 c/ swap	Abr/2011	Abr/2014	Aval Editora	R\$ 20.000	15,09 % a.a.
Banco Santander S.A.	Capital de giro	Oper 4.131 c/ swap	Ago/2013	Ago/2014	Aval Editora	R\$ 53.000	110,10% Variação CDI a.a.
Banco do Brasil S.A.	Capital de giro	CCB	Ago/2012	Ago/2015	Aval Editora e recebíveis	R\$ 108.500	108,5% Variação CDI a.a.
Banco IBM S.A.	Aquisição de software	Leasing	Nov/2011	Fev/2017	Bem arrendado	R\$ 2.812	Variação do CDI

(a) A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de 5% (5,5% em 31 de dezembro de 2012).

Financiamentos com o BNDES

Os contratos estabelecidos com o BNDES e os valores liberados são os seguintes:

	Editora	Varejo	Consolidado
Valores contratados em 2009	71.940	69.696	141.636
Valores contratados em 2011	86.988	69.393	156.381
Atualização monetária	704	736	1.440
Liberações	(159.632)	(138.503)	(298.135)
Saldos a liberar	-	1.322	1.322
Liberações			
	Editora - BR GAAP	Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13
	-	44.893	498
			92.109

Contratos celebrados em 2011

Em 27 de agosto de 2012, a Editora e o Varejo liquidaram antecipadamente os contratos celebrados em 2009 com o BNDES, pelos montantes de R\$ 53.756 e R\$ 53.129, respectivamente. A medida reduzirá as despesas financeiras às taxas praticadas por bancos comerciais, mais competitivas no atual cenário econômico.

Ciáusulas contratuais restritivas ("covenants") para a Editora e para o Varejo

a) Contratos celebrados pela Editora e Varejo em 2011

Para os contratos assinados com a Editora e com Varejo, tendo este a Editora como interveniente, a Editora deverá manter durante a vigência dos contratos, os seguintes índices financeiros apurados anualmente em balanço consolidado auditado por empresa de auditoria independente:

- Liquidez corrente igual ou maior que 1,65.
- Endividamento geral menor ou igual a 0,62.

Para fins de comprovação, a Editora deverá apresentar anualmente até 31 de maio as demonstrações contábeis consolidadas auditadas.

Na hipótese do não atingimento dos níveis estabelecidos, a Editora deverá constituir no prazo de 90 dias (60 dias em relação ao contrato do Varejo), contado da data da comunicação, por escrito, do BNDES, garantias reais, aceitas pelo BNDES, em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor do financiamento ou da dívida dele decorrente, e ainda, no caso do contrato com a Editora, garantias pessoais, aceitas pelo BNDES, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis mínimos exigidos.

b) Atendimento às cláusulas contratuais em 31 de dezembro de 2013

Os índices financeiros apresentados pela Editora nas demonstrações contábeis consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2013 foram os seguintes:

	Contratos 2011	
	Exigido	Apurado
Liquidez corrente maior ou igual	1,65	1,73
Endividamento geral menor ou igual	0,62	0,61

Empréstimos para capital de giro

A Editora possuía em 31 de dezembro de 2013 empréstimos no montante de R\$ 30.475, utilizados para cobrir suas necessidades de capital de giro e, entre outros investimentos, a aquisição da Érica.

O Varejo possuía em 31 de dezembro de 2013 empréstimos no montante de R\$ 289.343 (R\$ 206.502 em 31 de dezembro de 2012) utilizados para cobrir suas necessidades de capital de giro em virtude do crescimento de suas vendas e de mudanças nas condições dos pagamentos de suas vendas.

Para os empréstimos contraídos em moeda estrangeira foram contratadas operações de "swap", trocando a variação cambial por variação do CDI e taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Em 22 de abril de 2013, o empréstimo em moeda estrangeira contratado pelo Varejo com o Banco Itaú no montante de R\$ 35.000, foi liquidado com recursos provenientes da antecipação de recebíveis de cartões de crédito.

Despesas financeiras

Os valores registrados em despesas financeiras para os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Financiamentos - BNDES	6.410	10.862	11.446	20.409
Empréstimos para capital de giro	459	-	18.115	23.897
Empréstimos em moeda estrangeira vinculados à operação de "swap"	379	-	796	(8.823)
Arrendamento financeiro	42	60	219	465
	7.290	10.922	30.576	35.948

15. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos para aproveitamento de crédito em compras futuras.

De acordo com o regulamento do Programa vigente, a cada 1.000 pontos adquiridos o cliente adquire o direito ao desconto de R\$ 15,00 em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os pontos expiram em um prazo de 12 meses.

A receita de vendas, avançada pelo programa de fidelização, é registrada em receita diferida e reconhecida ao resultado conforme descrito na nota explicativa nº 4.

Em 31 de dezembro de 2013, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R\$ 3.895 (R\$ 4.775 em 31 de dezembro de 2012).

16. FORNECEDORES

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Fornecedor - nacional	9.086	49.479	213.472	297.153
Fornecedor - exterior	-	-	2.473	1.956
Fornecedor - Varejo	160	20	-	-
	9.246	49.499	215.945	299.109

A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes, quando comparado com as informações contábeis tomadas em conjunto.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.544	1.647	2.848	2.544
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas	59	48	492	436
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	-	3.753
Imposto sobre Serviços - ISS	84	64	544	485
Parcelamento de tributos - Lei nº 11.941/09	-	-	253	253
Contribuição Sindical/Assistencial	239	108	239	169
	1.926	1.867	4.376	7.640
Passivo circulante	1.926	1.867	4.376	7.640

18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Editora - BR GAAP			
	31/12/12	Despesa	Pagamento	31/12/13
Férias	4.892	8.267	(8.576)	4.583
13º salário	-	5.925	(5.925)	-
Salários a pagar	-	59.881	(57.645)	2.236
FGTS a recolher	1.080	13.504	(11.206)	3.378
INSS a recolher	3.877	20.865	(21.329)	3.413
Participação nos resultados	-	12.107	(6.906)	5.201
	9.849	120.549	(111.587)	18.811
	31/12/12	Despesa	Pagamento	31/12/13
Férias	11.935	19.577	(18.020)	13.492
13º salário	-	13.933	(13.933)	-
Salários a pagar	197	148.247	(146.137)	2.307
FGTS a recolher	2.542	23.761	(20.565)	5.738
INSS a recolher	9.618	31.784	(30.905)	10.497
Participação nos resultados	-	20.578	(11.861)	8.717
	24.292	257.880	(241.421)	40.751

19. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Editora e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda considerada como provável por seus assessores jurídicos. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações. A composição da provisão e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos é demonstrada a seguir:

Provisões

	Editora - BR GAAP		
	31/12/12	Constituição	31/12/13
PIS/COFINS - aumento da base de cálculo (a)	449	189	638
PIS - Lei Complementar nº 770 (b)	1.085	14	1.099
Contingências cíveis e trabalhistas (c)	243	68	311
	1.777	271	2.048
	31/12/12	Constituição	31/12/13
PIS/COFINS - aumento da base de cálculo (a)	11.124	1.021	12.145
PIS - Lei Complementar nº 770 (b)	2.718	38	2.756
Contingências cíveis e trabalhistas (c)	639	504	1.143
ICMS - Auto de infração (d)	1.625	17	1.642
	16.106	1.580	17.686

(a) Ações judiciais impetradas em 1999 pela Editora e Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, e a majoração da alíquota da COFINS. As ações estão garantidas por depósitos judiciais, classificadas no ativo não circulante no valor de R\$ 12.870. Relativamente às ações impetradas pela Editora, houve trânsito em julgado favorável para as ações que questionam a ampliação da base de cálculo das contribuições federais PIS e COFINS - Lei nº 9.718/98 e, desfavorável para a ação que questiona a majoração da alíquota da COFINS - Lei nº 9.718/98. Relativamente às ações impetradas pelo Varejo, houve a interposição de Recurso Especial pela União e pelo Varejo, sendo que os referidos recursos encontram-se pendentes de julgamento no Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

(b) Ações judiciais impetradas em 1989 pela Editora e pelo Varejo para que fosse declarada a inexistência de relação jurídica da contribuição para o PIS, nos termos da Lei Complementar nº 770. As ações foram garantidas por depósitos judiciais efetuados no período entre abril de 1989 e maio de 1992, posteriormente levantados por autorização judicial. Julgado o mérito, houve o trânsito em julgado reconhecendo a validade e sujeição ao regime da Lei Complementar nº 770 e, por força do provimento dado ao agravo da Fazenda Nacional, o processo encontra-se em fase de apuração dos valores devidos à União Federal. Dessa forma, a Editora e o Varejo reconheceram os respectivos montantes como provisão, na forma da opinião legal dos advogados que patrocinam a causa, considerando a melhor estimativa existente nas datas de encerramento dos períodos de relatório para o cálculo do desembolso necessário para liquidar os créditos tributários. Em 19 de fevereiro de 2010, a Editora e o Varejo foram intimadas a refazer os depósitos judiciais, nos termos do trânsito em julgado nos montantes equivalentes a R\$ 99 para a Editora e a R\$ 1.237 para o Varejo. O valor que líquida o crédito tributário ainda está em discussão, que será realizado após conclusão de trabalho pericial. A provisão é acrescida de juros calculados pela taxa Selic, 7,92% em 31 de dezembro de 2013 (8,17% em 31 de dezembro de 2012).

(c) Processos trabalhistas do Varejo substancialmente relacionados a demissões no curso normal de seus negócios, no montante de R\$ 234; processos cíveis substancialmente relacionados a processos judiciais de indenizações pleiteadas pelos clientes do Varejo, no montante de R\$ 598; e processos cíveis da Editora, cujo montante estimado de perda é de R\$ 311.

(d) O Varejo discutiu administrativamente autos de infração lavrados durante o exercício de 2011, relacionados a créditos de ICMS tomados sobre a aquisição de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual. Em 15 de maio de 2012 foi ajuizada ação para anular os autos de infração. Em 9 de novembro de 2012 foi realizado depósito judicial no montante de R\$ 533 para garantir a ação judicial e suspender a exigibilidade do crédito tributário referente aos autos de infração lavrados em 2011. Em 29 de novembro de 2012 e 4 de março de 2013, foram ajuizadas ações para anular os autos de infração lavrados em 2011, tendo sido deferido pedido para suspender a exigibilidade do crédito tributário. O montante provisionado é de R\$ 1.642 e corresponde ao valor principal e multa. A provisão é acrescida de juros calculados pela taxa Selic, 7,92% em 31 de dezembro de 2013 (8,17% em 31 de dezembro de 2012).

Depósitos judiciais

	Editora - BR GAAP		
	31/12/12	Acrescimo/ (Baixa)	31/12/13
PIS/COFINS (a)	1.394	(43)	1.351
Processos administrativos - compensação de tributos	5.224	-	5.224
Outros processos judiciais e administrativos	6.258	601	6.859
Processos judiciais trabalhistas	822	(724)	98
	13.698	(166)	13.532
	31/12/12	Acrescimo/ (Baixa)	31/12/13
PIS/COFINS (a)	12.135	735	12.870
Processos administrativos - compensação de tributos	5.224	-	5.224
Outros processos judiciais e administrativos	9.277	758	10.035
Processos judiciais trabalhistas	1.477	(1.117)	360
	28.113	376	28.489

(a) Ações judiciais impetradas pela Editora e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, e a majoração da alíquota da COFINS.

Passivos contingentes

A Administração da Editora e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$ 186.602, sendo R\$ 132.297 para a Editora e R\$ 54.305 para o Varejo (R\$ 144.177 em 31 de dezembro de 2012, sendo R\$ 100.896 para a Editora e R\$ 43.281 para o Varejo).

Obrigações previdenciárias - INSS

Representadas por autos de infração contra a Editora e o Varejo por falta de recolhimento sobre participação nos lucros dos colaboradores, participação nos lucros dos administradores, artigo 10 da Lei nº 6.404/76, e descumprimento de obrigações acessórias no montante de R\$ 4.009 (R\$ 3.006 da Editora e R\$ 1.003 do Varejo).

IRPJ, CSLL, PIS e COFINS

Representados substancialmente por processos administrativos da Editora e do Varejo de compensação de créditos utilizados para o pagamento de IRPJ e CSLL no montante de R\$ 4.625 (R\$ 4.573 da Editora e R\$ 52 do Varejo). Alguns processos estão garantidos por depósitos judiciais no montante de R\$ 2.826 (R\$ 2.746 da Editora e R\$ 81 do Varejo).

Ação Declaratória nº 1999.61.00.026073-0, impetrada pela Editora, em trâmite perante a 2ª Vara Federal de São Paulo, 1ª Instância, distribuída em 10 de junho de 1999, com o objetivo de afastar a ampliação da base de cálculo e a elevação da alíquota (2% para 3%) promovidas pela Lei nº 9.718/98 na sistemática de apuração da COFINS. O processo transitou em julgado com a decisão do Supremo Tribunal Federal no sentido de somente reconhecer a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo da COFINS. Em decorrência de problemas para obtenção de certidão negativa de débito perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Autora solicitou ao Juízo a transferência dos depósitos judiciais realizados no Banco do Brasil para a Caixa Econômica Federal, com a devida atualização pela taxa Selic. O Banco do Brasil realizou essa transferência com a respectiva taxa Selic, em janeiro de 2010, porém opôs Embargos de Terceiro nº 2010.61.00.002790-5 para discutir essa atualização, o qual encontra-se pendente de julgamento de recurso de Apelação no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. A ação está garantida por depósitos judiciais e o montante em discussão é estimado em R\$ 33.862.

Ação Declaratória nº 1999.61.00.026071-7, impetrada pelo Varejo, em trâmite perante a 21ª Vara Federal de São Paulo, 1ª Instância, distribuída em 09 de junho de 1999, com o objetivo de afastar a ampliação da base de cálculo e a elevação da alíquota (2% para 3%) promovidas pela Lei nº 9.718/98 na sistemática de apuração da COFINS. A ação ainda não teve trânsito em julgado, e atualmente aguarda o exame de admissibilidade dos Recursos Especiais interpostos pela União e pelo Varejo contra a decisão proferida em recurso de Apelação pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Em decorrência de problemas para obtenção de certidão negativa de débito perante a Secretaria da Receita Federal, a Autora solicitou ao Juízo a transferência dos depósitos judiciais realizados no Banco do Brasil para a Caixa Econômica Federal, com a devida atualização pela taxa Selic. O Juízo determinou essa transferência, porém sem a atualização pela taxa Selic, o que foi realizado em dezembro de 2009. A ação está garantida por depósitos judiciais e o montante em discussão é estimado em R\$ 14.250.

Foram proferidos em 2012 e 2013 Despachos Decisórios, em âmbito administrativo, pela Secretaria da Receita Federal, não homologando e considerando não declarados os créditos provenientes de PIS/COFINS advindos do mercado interno tanto do Varejo quanto da Editora. Contra tais decisões foram interpostos recursos administrativos, os quais aguardam julgamento na Delegacia da Receita Federal. O montante estimado dos valores não homologados e considerados não declarados é de R\$ 52.961 (Editora R\$ 45.300 e Varejo R\$ 7.661).

ICMS

Auto de Infração nº 3.119.153-8, que tramitou perante a Delegacia Tributária de Julgamento do Estado de São Paulo - Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda - Unidade Guarulhos, 1ª Instância, distribuído em 24 de agosto de 2009, no montante de R\$ 1.278, tendo como autora a Secretaria da Fazenda contra a Editora, com o objeto de exigência de recolhimento de ICMS relativo aos exercícios de 2006 e 2007, em decorrência das diferenças apuradas entre as operações de remessas e retornos de mercadorias a título de industrialização efetuada por terceiros, fundamentado no artigo 509 do Regulamento do ICMS - RICMS/00. O ICMS exigido refere-se ao suposto desvio de finalidade de operações amparada pela imunidade tributária, prevista no artigo 7º, inciso XIII, do RICMS/00. A Editora apresentou defesa em 20 de setembro de 2009. Em 2 de fevereiro de 2010 foi proferida decisão julgando procedente o Auto de Infração, razão pela qual foi interposto Recurso Ordinário em 1º de março de 2010. No julgamento de 23 de junho de 2010, o Presidente da 10ª Câmara entendeu que deve ser anulada a decisão recorrida, e todos os atos subsequentes em busca da verdade material e antes da prolação de nova decisão o agente fiscal deve se manifestar sobre as colocações do Relator. Em 19 de novembro de 2010 foi publicada decisão mantendo o Auto de Infração. Em 15 de dezembro de 2010 foi interposto Recurso Ordinário. O recurso foi julgado improcedente em 17 de abril de 2012. Em 18 de maio de 2012 foi instruído recurso especial e pedido de retificação da decisão, entretanto, em 22 de junho de 2012 foi proferida decisão dando desprovimento ao recurso, impossibilitando qualquer outro recurso administrativo. Em 11 de setembro de 2012 foi ajuizada Ação Judicial (Processo nº 15820/2012), garantida por depósito judicial de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Editora está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, independentemente de reforma estatutária, em até 4.000.000 de ações, com a possibilidade de destinação de até 500.000 ações desse total para outorga de opções de compra, nos termos do estatuto.

As ações preferenciais da Editora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto.
- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do poder de controle da Editora, na forma do estatuto.
- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.
- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

b) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

A Editora mantém 313.250 ações preferenciais em tesouraria (313.250 em 31 de dezembro de 2012), representadas por R\$ 4.923 (R\$ 4.923 em 31 de dezembro de 2012), com valor de mercado de R\$ 8.135 (R\$ 25,97 por ação - cotação em 31 de dezembro de 2013).

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Editora não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica "Empréstimos e financiamentos" dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2013, foi proposta remuneração de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 24.968 (R\$ 0,88281 por ação), a ser tributada na forma da legislação vigente. A Assembleia Geral Ordinária definirá a data de pagamento.

Em 31 de dezembro, foi destacado o montante a título de distribuição de dividendos, dividido da seguinte forma:

	31/12/13	31/12/12
Lucro líquido do exercício	13.023	77.010
Reserva legal	(651)	(3.851)
Lucro líquido ajustado	12.372	73.159
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	3.093	18.290
Dividendo mínimo obrigatório por ação	0,10936	0,64668

O dividendo proposto tem a seguinte composição:

	31/12/13	31/12/12
Juros sobre o capital próprio líquidos do IRRF imputados ao dividendo mínimo obrigatório	2.763	16.119
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	330	2.171
	3.093	18.290

Juros sobre o capital próprio líquidos do IRRF imputados ao dividendo adicional proposto

	31/12/13	31/12/12
a ser submetido à AGO	19.543	6.782
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	2.332	913
	21.875	7.695

Total dividendo mínimo obrigatório e adicional proposto

	31/12/13	31/12/12
Total por ação - R\$	0,88281	0,91875

d) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2013, a Editora constituiu reserva legal no montante de R\$ 651 (R\$ 3.851 em 31 de dezembro de 2012) conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

e) Plano de opção de compra de ações da Editora

Em Reunião do Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações realizada em 24 de novembro de 2011 foi aprovado o 6º Plano de Opção de Compra de Ações.

Os Planos aprovados pelo Conselho de Administração foram outorgados a administradores e funcionários e as opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Editora, conforme decisão à época do exercício da opção a ser tomada pelo Conselho de Administração.

O valor justo para os planos de opção de compra de ações foi calculado na data de outorga de cada plano e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos na rubrica "Despesas operacionais", no resultado, e na rubrica "Reservas de lucros", no patrimônio líquido, como segue:

Ano da outorga e plano	Valores registrados		Valores a registrar em exercícios futuros
	Até o exercício findo em 31/12/12	No exercício findo em 31/12/13	
2007 - 3º Plano	1.330	-	1.330
2008 - 4º Plano	1.479	-	1.479
2009 - 5º Plano	1.508	-	1.508
2011 - 6º Plano	336	(101)	235
	4.653	(101)	4.552

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, em decorrência da saída de alguns dos beneficiários do 6º Plano foi ajustado o nº de opções no montante de 79.100 opções, correspondente a R\$ 405.

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	5º Plano	6º Plano
Data da outorga	30/11/2009	24/11/2011
Início do prazo de exercício das opções	8/03/2012	10/03/2014
Término do prazo de exercício das opções	10/05/2012	30/05/2014
Taxa de juro livre de risco	12,20%	10,26%
Número de administradores e funcionários elegíveis	27	28
Preço fixado - R\$	27,00	25,00
Indexador	IPCA	IPCA
Número de opções em aberto	-	45.900
Valor justo da opção na data da outorga - por opção - R\$	12,06	5,58
Valor da opção para exercício, corrigido pelo IPCA e ajustado pelos dividendos distribuídos até 31 de dezembro de 2013 - R\$	-	25,97

f) Ajustes de avaliação patrimonial
O saldo de R\$ 11.279, líquido dos impostos diferidos de R\$ 5.810, representa o valor atribuído ao ativo imobilizado "Terrenos" da Editora em decorrência da adoção da prática do custo atribuído ("deemed cost"), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

g) Transferência de reserva estatutária

Do saldo da reserva estatutária em 31 de dezembro de 2013, foi transferido o montante de R\$ 12.596 para a proposta de pagamento de dividendo adicional, sob a forma de juros sobre o capital próprio.

h) Participação não controladora

	31/12/13	31/12/12
Saldos no início do exercício	57	52
Participação no resultado do exercício	(2)	5
Saldos no fim do exercício	55	57

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Receita operacional líquida:				
Venda de produtos, mercadorias e serviços	567.965	524.490	2.362.219	2.109.695
(-) Impostos incidentes	(326)	(69)	(113.853)	(95.375)
(-) Devoluções	(60.471)	(54.103)	(100.824)	(90.677)
(-) Receita de venda de produtos no estoque do Varejo	-	-	(4.671)	(2.061)
(-) Diferimento da receita - Saraiva Plus	-	-	880	1.926
	507.168	470.318	2.143.751	1.923.508

22. DESPESAS POR NATUREZA

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Gastos gerais	(97.207)	(86.799)	(98.349)	(86.799)
Matéria-prima	(41.015)	(41.178)	(41.015)	(41.178)
Mercadorias	-	-	(1.063.353)	(930.137)
Custo dos serviços vendidos	(671)	-	(14.429)	(5.388)
Despesa com pessoal e encargos	(142.356)	(108.857)	(322.712)	(266.106)
Honorários dos administradores	(5.969)	(6.498)	(11.726)	(12.217)
Participação dos administradores	(744)	(6.062)	(744)	(6.062)
Direitos autorais	(49.790)	(46.007)	(51.739)	(46.143)
Propaganda e publicidade	(18.312)	(16.500)	(25.657)	(26.897)
Despesa de aluguel	(9.014)	(7.725)	(68.055)	(58.838)
Condomínio e fundos de promoção	(1.047)	(975)	(32.344)	(27.704)
Fretes e embalagens	(13.681)	(11.084)	(66.142)	(62.751)
Serviços de informática	(14.076)	(9.595)	(28.088)	(18.256)
Viagens e estadias	(7.921)	(4.967)	(10.271)	(6.788)
Baixa de livros obsoletos e edições descontinuadas	(9.220)	(8.635)	(9.220)	(8.635)
Despesas com cartão de crédito, boleto e cobrança	(397)	(334)	(28.344)	(22.748)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.290)	(2.225)	(4.852)	(4.908)
Outras	(40.752)	(31.640)	(138.229)	(115.431)
	(454.462)	(389.081)	(2.015.269)	(1.746.986)
Classificadas como:				
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(162.145)	(148.122)	(1.240.398)	(1.083.686)
Despesas com vendas	(197.039)	(166.411)	(567.534)	(504.285)
Despesas gerais e administrativas	(95.278)	(74.548)	(207.337)	(159.015)
	(454.462)	(389.081)	(2.015.269)	(1.746.986)

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Resultado na baixa e/ou venda de ativo imobilizado (i)	(131)	-	(16.559)	(339)
Provisão para perda de valor recuperável	-	-	(12.123)	-
Baixa de impostos a recuperar (ii)	-	(53)	(11.904)	(278)
Provisão para perda com estoque danificado	-	-	(9.800)	-
Outras provisões operacionais	-	(242)	(5.025)	(242)
Baixa de créditos com fornecedores e autores considerados irrecuperáveis	(2.473)	-	(4.528)	-
Direitos autorais de exercícios anteriores	(2.486)	-	(2.486)	-
Baixa de depósitos judiciais	(842)	-	(1.362)	-
PIS/COFINS sobre outras receitas operacionais	(188)	(130)	(1.027)	(930)
Cartão "private label"	-	-	(628)	(614)
Provisão para contingências cíveis/trabalhistas	(67)	-	(504)	-
Sinistro com mercadorias	-	-	(32)	(269)
Outras despesas operacionais	(352)	-	(768)	(34)
	(6.539)	(425)	(66.746)	(2.706)

(i) Inclui a baixa dos gastos incorridos em exercícios anteriores relacionado ao investimento na nova plataforma de e-commerce do Varejo (nota explicativa nº 12), no montante equivalente de R\$ 15.385.

(ii) Inclui a baixa do valor de crédito de ICMS retido por substituição tributária estimado em exercícios anteriores considerado irrecuperável no montante de R\$ 11.357 (nota explicativa nº 8).

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Resultado na venda de ativo permanente	-	208	-	208
Contribuições sociais a recuperar (i)	5.860	-	17.137	-
Cartão presente não resgatado, e outros créditos de clientes não reclamados	1.132	-	8.769	5.100
Constituição de créditos - ICMS	-	-	2.808	-
Recuperação de impostos	392	1.326	2.604	1.326
Despesas recuperadas	94	-	882	232
Vendas de saldos - mercadorias obsoletas	351	369	431	596
Indenizações por sinistros com mercadorias	2	3	179	524
Reversão de provisões operacionais	-	509	-	588
Outras receitas operacionais	267	61	501	358
	8.098	2.476	33.311	8.932

(i) Créditos de INSS, PIS e COFINS, constituídos com base na opinião dos assessores jurídicos da Editora e do Varejo (Nota explicativa nº 8).

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Receitas financeiras:				
Receitas sobre aplicações financeiras	1.505	2.233	2.152	2.674
Juros sobre empréstimos a controladas	345	4.239	-	-
Juros recebidos de clientes	458	926	486	964
Juros sobre impostos a recuperar	623	124	814	237
Descontos financeiros obtidos	72	1.301	1.586	2.040
Outros juros e variações ativas	491	-	554	-
Outras receitas financeiras	3	241	44	292
	3.497	9.064	5.636	6.207
Despesas financeiras:				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(6.911)	(10.922)	(29.780)	(44.771)
Juros sobre empréstimos efetuados pela controladora	(1.873)	(133)	-	-
Valor justo - operação "swap"	(379)	-	(796)	8.823
Descontos financeiros concedidos	(1.738)	(2.380)	(1.986)	(2.482)
Outros juros e variações passivas	(3.146)	(2.194)	(8.773)	(3.690)
Imposto sobre Operações de Crédito - IOF	(949)	(134)	(1.940)	(1.394)
Outras comissões financeiras	(80)	(30)	(254)	(127)
Outras despesas financeiras	(117)	(110)	(982)	(707)
	(15.193)	(15.903)	(44.511)	(44.348)
	(11.696)	(6.839)	(38.875)	(38.141)

Despesas financeiras:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(6.911)	(10.922)	(29.780)	(44.771)
Juros sobre empréstimos efetuados pela controladora	(1.873)	(133)	-	-
Valor justo - operação "swap"	(379)	-	(796)	8.823
Descontos financeiros concedidos	(1.738)	(2.380)	(1.986)	(2.482)
Outros juros e variações passivas	(3.146)	(2.194)	(8.773)	(3.690)
Imposto sobre Operações de Crédito - IOF	(949)	(134)	(1.940)	(1.394)
Outras comissões financeiras	(80)	(30)	(254)	(127)
Outras despesas financeiras	(117)	(110)	(982)	(707)
	(15.193)	(15.903)	(44.511)	(44.348)
	(11.696)	(6.839)	(38.875)	(38.141)

26. ARRENDAMENTO OPERACIONAL - LOCAÇÃO DE LOJAS

Em 31 de dezembro de 2013, o Varejo possuía 111 contratos de locação de suas lojas firmados com terceiros, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de cinco anos, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Editora por meio de fiança. Os contratos de aluguel das áreas de Logística e Administrativa do Varejo e dos estabelecimentos comerciais da Editora e da Érica possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado; nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória). As despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, são como segue:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Despesas de aluguéis	9.014	7.725	68.055	58.838

O saldo da rubrica "Arrendamento operacional - locação de lojas" no passivo circulante em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 1.137 (R\$ 824 em 31 de dezembro de 2012) na Editora e R\$ 5.675 (R\$ 11.239 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

Os compromissos futuros (consolidado), oriundos dos contratos de arrendamento operacional, em 31 de dezembro de 2013 totalizam um montante mínimo de R\$ 182.467, sendo:

Vencimento	Valor
Até 31/12/14	61.929
De 01/01/15 a 31/12/15	48.282
De 01/01/16 a 31/12/16	37.148
De 01/01/17 a 31/12/17	21.943
De 01/01/18 a 31/12/18	9.430
Demais vencimentos até 2020	3.735
	182.467

27. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

O estatuto social da Editora assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos iguais aos atribuídos às

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)
c) Riscos financeiros

As atividades da Editora e do Varejo estão expostas a alguns riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco limitado ao valor do prêmio pago do derivativo que visa proteger a exposição de variação de preço da moeda. A gestão de risco é realizada pela Administração da Editora e do Varejo segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretorias. A área de Tesouraria da Editora e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Editora e do Varejo.

d) Gestão do risco de taxa de juros

A Editora e o Varejo estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre os empréstimos tomados e suas aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

Em 31 de dezembro de 2013, os saldos que representavam a exposição máxima a este risco estão apresentados no quadro abaixo:

Operação	Consolidado - IFRS e BR GAAP		
	31/12/13		
	Risco	Valor Contábil	
Equivalentes de caixa	Baixa do CDI	11.606	
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	287.426	
Fornecedores	Alta do CDI	2.359	
Exposição líquida		301.391	

e) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Editora apresenta a seguir as informações suplementares sobre os instrumentos financeiros da Editora e do Varejo que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Administração da Editora e do Varejo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais.
- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Os eventuais efeitos nos saldos patrimoniais da Editora estão demonstrados na ocorrência dos cenários abaixo:

Operação	Risco	Valores patrimoniais em R\$ mil		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI -				
Editora	Baixa do CDI	6.810	6.766	6.722
Érica	Baixa do CDI	2.580	2.563	2.547
Varejo	Baixa do CDI	2.054	2.041	2.028
		11.444	11.370	11.297
Empréstimos para capital de giro sujeitos à variação do CDI -				
Editora	Alta do CDI	(33.724)	(34.494)	(35.263)
Varejo	Alta do CDI	(332.226)	(342.595)	(353.068)
		(365.950)	(377.089)	(388.331)
Arrendamentos financeiros sujeitos à variação do CDI -				
Editora	Alta do CDI	(493)	(504)	(514)
Varejo	Alta do CDI	(2.459)	(2.560)	(2.663)
		(2.952)	(3.064)	(3.177)
Fornecedores sujeitos a a variação do CDI - Editora	Alta do CDI	(2.422)	(2.437)	(2.453)
Resultado líquido		(359.880)	(371.220)	(382.664)

Risco de taxa de juros

Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

f) Gestão do risco de taxa de câmbio

As receitas da Editora e do Varejo são expressas em reais; o risco cambial decorre de eventuais operações comerciais, geradas, principalmente, pela importação de mercadorias e serviços denominada em dólar norte-americano (US\$). A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Editora e do Varejo é a de proteger-se de eventuais importações, por meio de operações compostas por contratos de opção de compra de dólar norte-americano ("Non-deliverable Forward - NDF"), utilizando somente como instrumento de proteção de valor e nunca como um instrumento especulativo, podendo ser realizado em operações expostas à moeda estrangeira que tenham impacto financeiro na Editora, entretanto, não designado como "hedge".

Uma vez definida a importação é tomado por base o nível de preço de moeda que viabiliza a comercialização das mercadorias e serviços no mercado local dentro dos padrões de margem de lucros esperados e os prazos de entrega prováveis; a partir desse fato, define-se o preço de exercício e o vencimento que norteiam a contratação das opções de compra de dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2013, não havia operações em aberto, tendo sido a última operação liquidada em 30 de novembro de 2011. A Editora e o Varejo captaram empréstimos denominados em moeda estrangeira (dólar norte-americano - US\$) acrescidos de taxa de juros (nota explicativa nº 14), para os quais foram contratadas operações de "swap", com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI e taxas pré-fixada e pós-fixadas.

Em sua forma, a operação vincula um contrato de empréstimo a uma operação de "swap" firmado na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverá ser liquidado pelo seu valor líquido. Na essência, as operações são empréstimos denominados em moeda local acrescidos de uma taxa de juros pré-fixada e/ou pós-fixadas sujeitas à variação do CDI, conforme o caso. O tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação.

Exposição a moeda estrangeira

	R\$ mil	
	31/12/13	31/12/12
Empréstimos e financiamentos	150.185	49.954
Swap	(150.185)	(49.954)
Exposição líquida	-	-

Em 31 de dezembro de 2013, o detalhe dos contratos de "swap" em aberto é como segue:

Editora						
Banco	Vencimento	Valor de referência (nacional)	Banco		Juros	Valor justo
			Indexador	Juros		
Itaú	02/09/2014	20.000	US\$	2,44% a.a.	CDI 107,00% a.a.	379
Consolidado						
Banco	Vencimento	Valor de referência (nacional)	Banco		Juros	Valor justo
			Indexador	Juros		
Itaú	02/09/2014	20.000	US\$	2,44% a.a.	CDI 107,00% a.a.	379
Santander	08/04/2014	4.000	US\$	5,13% a.a.	PRÉ 15,09% a.a.	(1.853)
Santander	07/08/2014	53.000	US\$	2,10% a.a.	CDI 110,10% a.a.	381
Itaú	05/09/2014	30.000	US\$	2,45% a.a.	CDI 104,50% a.a.	112
Itaú	24/11/2015	40.000	US\$	2,66% a.a.	CDI 108,00% a.a.	395
		147.000				(586)

Não há nenhuma exposição para o empréstimo com o Banco Santander, uma vez que, os encargos foram fixados à taxa pré. Considerando que em 31 de dezembro de 2013 a exposição a moeda estrangeira estava 100% protegida, qualquer volatilidade no câmbio não incorreria em nenhum efeito de variação cambial no resultado do Varejo.

g) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Editora e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

A exposição máxima a este risco naquela data está demonstrada no quadro abaixo:

Operação	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	6.931	54.606	23.086	86.995
Contas a receber de clientes	120.758	114.029	256.907	369.710
Partes relacionadas - contrato de mútuo	-	19.693	-	-
Outros créditos	1.963	3.852	1.963	3.852
	129.652	192.180	281.956	460.557

Em 31 de dezembro de 2013, a Editora apresenta saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 3.464 e R\$ 5.112 no consolidado (R\$ 3.110 na Editora e R\$ 5.346 no consolidado em 31 de dezembro de 2012), para cobrir os riscos de crédito.

h) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Editora e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Editora e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

Operação	Editora - BR GAAP			Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	
Fornecedores	9.308	-	-	9.308
Empréstimos e financiamentos	61.276	32.360	14.490	108.126
Arrendamento operacional e outras obrigações	36.048	-	-	36.048
Consolidado - BR GAAP				
Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Total
	Fornecedores	224.206	-	-
Empréstimos e financiamentos	189.708	285.122	28.247	503.077
Arrendamento operacional e outras obrigações	45.121	-	-	45.121

i) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Editora e o Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica "Contas a receber de clientes" do Varejo está substancialmente distribuído entre as administradoras de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

j) Linhas de crédito

	Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12
Empréstimos:		
Utilizado	320.760	206.503
Não utilizado	89.240	203.497
Financiamentos:		
Utilizado	298.135	297.637
Não utilizado	1.322	1.820

k) Garantias concedidas

	Consolidado - IFRS e BR GAAP 31/12/13
Cartas de fiança em garantia de fornecimento de mercadorias para o Varejo	15.564
Carta de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	6.500
	22.064

(*) As cartas de fiança concedidas geraram despesas financeiras de R\$ 214.

l) Valor contábil e valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13		31/12/13	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	6.931	6.931	23.086	23.086
Valor justo - operação "swap"	(379)	(379)	586	586
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	120.758	120.758	256.907	256.907
Outros créditos	1.963	1.963	1.963	1.963
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	98.300	99.145	446.270	447.568
Fornecedores	9.246	9.246	215.945	215.945
Partes relacionadas - contrato de mútuo	22.143	22.143	-	-
Arrendamento operacional e outras obrigações	36.048	36.048	45.108	45.108

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.
- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas - Saldos decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.
- Empréstimos e financiamentos e derivativos (swap) - O valor justo para as operações com derivativos da Editora e do Varejo foram calculados com base no valor futuro das operações determinado conforme as taxas e condições contratadas, descontado a valor presente pelas taxas referenciais de mercado divulgadas pela BM&FBOVESPA, pelo prazo a decorrer. Relativamente às operações de empréstimos e financiamentos da Editora e do Varejo contratadas com o BNDES, a Administração entende que o valor contábil representa a melhor referência de valor justo uma vez que as taxas praticadas são específicas para operações com o BNDES.

A Editora divulga seus ativos e passivos a valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidência dos instrumentos financeiros.

Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- Nível 3 - premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Abaixo apresentamos os ativos e passivos da Editora e do consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2013:

	Editora - BR GAAP			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixa e equivalentes de caixa	174	6.757	-	6.931
Valor justo - operação "swap"	-	(379)	-	(379)
	174	6.378	-	6.552
Consolidado - IFRS e BR GAAP				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	Caixa e equivalentes de caixa	11.480	11.606	-
Valor justo - operação "swap"	-	586	-	586
	11.480	12.192	-	23.672

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, está amparada nos segmentos denominados "Editora" e "Varejo", através de relatórios e controles internos gerenciais, com informações segregadas sobre receitas, despesas e investimentos. Os relatórios são revisados periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração para avaliação de desempenho e tomada de decisão sobre alocação de recursos e/ou investimentos.

O segmento Editora corresponde à edição de livros, formatação de conteúdo digital e desenvolvimento de sistemas de ensino e as operações da Minha Biblioteca e da Érica. A distribuição é realizada através de 15 filiais e representantes estrategicamente posicionados nas Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

O segmento Varejo corresponde ao negócio de varejo de produtos ligados a cultura, lazer e informação. A distribuição é realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País e pelo comércio eletrônico Saraiva.com.br.

a) Ativos e passivos

	Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12
Ativos dos segmentos:		
Editora	729.620	737.818
Varejo	921.006	938.960
Eliminação da operação entre segmentos	(324.597)	(341.861)
Ativos totais consolidados	1.326.029	1.334.917
Passivos dos segmentos:		
Editora	208.353	221.934
Varejo	627.831	629.379
Eliminação da operação entre segmentos	(25.896)	(32.337)
Passivos totais consolidados	810.288	818.976

b) Resultados

	Consolidado - IFRS e BR GAAP			
	31/12/13			
	Editora	Varejo	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	516.523	1.687.854	(60.626)	2.143.751
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(163.287)	(1.133.734)	56.623	(1.240.398)
Lucro bruto	353.236	554.120	(4.003)	903.353
Despesas operacionais	(321.193)	(549.696)	16.660	(854.229)
Lucro antes do resultado financeiro	32.043	4.424	12.657	49.124
Resultado financeiro	(11.679)	(27.196)	-	(38.875)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	20.364	(22.772)	12.657	10.249
Consolidado - IFRS e BR GAAP				
	31/12/12			
	Editora	Varejo	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	470.318	1.508.716	(55.526)	1.923.508
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(148.122)	(989.246)	53.682	(1.083.686)
Lucro bruto	322.196	519.470	(1.844)	839.822
Despesas operacionais	(221.722)	(450.927)	(23.271)	(695.920)
Lucro antes do resultado financeiro	100.474	68.543	(25.115)	143.902
Resultado financeiro	(6.839)	(31.302)	-	(38.141)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	93.635	37.241	(25.115)	105.761

c) Origem das receitas para os segmentos

	Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/13	31/12/12
Editora:		
Vendas para o mercado	339.472	326.411
Vendas para o governo	177.051	143.907
	516.523	470.318
Varejo:		
Lojas físicas	1.138.984	1.014.663
Comércio eletrônico	548.870	494.053
	1.687.854	1.508.716
Total	2.204.377	1.979.034
Eliminações	(60.626)	(55.526)
	2.143.751	1.923.508

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Editora e o Varejo adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas dos seguros, em valores de 31 de dezembro, são assim demonstradas:

	31/12/13	31/12/12
--	----------	----------

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Diretores da

Saraiva S.A. Livreiros Editores

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Saraiva S.A. Livreiros Editores ("Editora"), identificadas como Editora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Editora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Editora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Editora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Saraiva S.A. Livreiros Editores em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Saraiva S.A. Livreiros Editores em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Saraiva S.A. Livreiros Editores essas práticas diferem da IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Editora, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 17 de março de 2014



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

www.editorasaraiva.com.br